

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE

Publicada no Jornal Gazeta dos Lagos - Ano XI – Edição nº330 de 26/12/97





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE

**COMPOSIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
QUARTA LEGISLATURA - PERÍODO 2009/2012**

MESA DIRETORA BIÊNIO 2011/2012

Sebastião da Rocha Vaz – "Tião Sassarico"
Presidente

Edmundo Gomes da Silveira Neto
Vice-Presidente

Fabio da Silva Florença
Vice Presidente

Bruno de Oliveira Santos
1º Secretário

Alexandre Carvalho
2º Secretário

DEMAIS VEREADORES

Balliester Werneck de Prager
Vereador

Marcos Henrique de Souza Ciambarella
Vereador

Luiz Edésio Marinho Canellas
Vereador

Fábio da Silva Florença
Vereador

Vantuil Medeiros Martins
Vereador



Índice

Preâmbulo

Título I - Dos Princípios e Direitos Fundamentais

Título II - Dos Fundamentos da Organização Municipal

Título III - Da Organização Municipal

Título IV - Da Organização dos Poderes

Título V - Da Tributação Municipal, da Receita e Despesa e do Orçamento

Título VI - Da Ordem Econômica e Social

Título VII - Da Colaboração Popular

Título VIII - Das Disposições Gerais e Transitórias

Preâmbulo

Nós, representantes do povo iguabense, constituídos em Poder Legislativo Orgânico, reunidos no Plenário Ormindo Barreto da Costa - "Caboclinho", sede da Câmara Municipal de Iguaba Grande, dispostos a assegurar à população do Município a fruição dos direitos fundamentais da pessoa humana e o acesso à igualdade, à justiça social, ao desenvolvimento e ao bem-estar, numa sociedade solidária, democrática, policultura, plurietnia, sem preconceitos nem discriminação, no exercício das atribuições que nos confere o art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 345 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, sob a proteção de Deus, promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. O Município de Iguaba Grande é a expressão e o instrumento da soberania do povo iguabense e de sua forma de manifestação individual, a cidadania.

Art. 2º. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e desta Lei Orgânica.

Art. 3º. A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

I - Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II - Pelo plebiscito;

III - Pelo referendo;

IV - Pela iniciativa popular no processo legislativo;

V - Pela participação nas decisões do município;

VI - Pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 4º. O Município promoverá os valores que fundamentam a existência e a organização do Estado brasileiro, resguardando a soberania da Nação e de seu povo, a dignidade da pessoa humana, o



caráter social do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo, visando à edificação de uma sociedade livre, justa e fraterna, isenta do arbítrio e de preconceitos de qualquer espécie e assentada no regime democrático.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Art. 5º. Através da lei e dos demais atos de seus órgãos, o Município buscará assegurar imediata e plena efetividade dos direitos e franquias individuais e coletivos sancionados na Constituição da República, bem como de quaisquer outros decorrentes do regime e dos princípios que ela adota e daqueles constantes dos atos internacionais firmados pelo Brasil.

§ 1º. Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, cor, sexo, estado civil, orientação sexual, atividade física, mental ou sensorial, ou qualquer particularidade, condição social ou, ainda, por ter cumprido pena ou pelo fato de haver litigado ou estar litigando com órgãos municipais na esfera administrativa ou judicial;

§ 2º. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de culto e sua liturgia, na forma da legislação;

§ 3º. O Município estabelecerá sanções de natureza administrativa a quem pregar a intolerância religiosa ou incorrer em qualquer tipo de discriminação, independentemente das sanções criminais;

§ 4º. São proibidas diferenças salariais para trabalho igual, assim como critérios de admissão e estabilidade profissional discriminatórios por qualquer dos motivos mencionados no §1º, respeitada a legislação federal;

§ 5º. É assegurado a todo cidadão, independentemente de sexo ou idade o direito à prestação de concurso público.

Art. 6º. As ações e omissões do Poder Público que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais serão sanadas, na esfera administrativa, no prazo de trinta dias, após requerimento do interessado, sob pena de responsabilidade da autoridade competente.

Art. 7º. São gratuitos todos os procedimentos administrativos necessários ao exercício da cidadania.

Parágrafo Único. É vedada a existência de garantia de instância ou de pagamento de taxas e emolumentos para os procedimentos referidos neste artigo, sendo assegurados, ainda, na mesma forma, os seguintes direitos:

I - De petição e representação aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou para coibir ilegalidades e abusos do poder;

II - De obtenção de certidões em repartições públicas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Art. 8º. Todos têm direito de tomar conhecimento, gratuitamente, do que constar a seu respeito nos registros ou bancos de dados públicos municipais, bem como do fim a que se destinam essas informações, podendo exigir, a qualquer tempo, a retificação e atualização das mesmas, desde que solicitado por escrito.

Parágrafo Único. Não poderão ser objeto de registro os dados referentes a convicções filosóficas, políticas e religiosas, a filiações partidárias e sindicais, nem os que digam respeito à vida privada e à intimidade pessoal, salvo quando se tratar de processamento estatístico não individualizado.

Art. 9º. O Município assegurará e estimulará, em órgãos colegiados, nos termos da lei, a participação da coletividade na formulação e execução de políticas públicas e na elaboração de planos, programas e projetos municipais.

Art. 10. O Município assegurará, nos limites de sua competência:

I - A liberdade de associação profissional ou sindical;

II - O direito de greve, competindo aos trabalhadores decidirem sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.



Art. 11. O Município criará formas de incentivo específicas, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher.

Art. 12. O Município buscará assegurar à criança, ao adolescente e ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à moradia, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e à primazia do recebimento de proteção e socorro, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 13. O Município buscará assegurar às pessoas portadoras de qualquer deficiência a plena inserção na vida econômica e social e o total desenvolvimento de suas potencialidades, assegurando a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana, a educação especializada, serviços de saúde, trabalho, esporte e lazer.

§ 1º. O Município buscará assegurar à pessoa portadora de deficiência o direito à assistência desde o nascimento, incluindo a estimulação essencial, gratuita e sem limite de idade;

§ 2º. O Município buscará garantir o direito à informação e à comunicação da pessoa portadora de deficiência, conforme dispuser a Lei.

TÍTULO II DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Art. 14. O Município de Iguaba Grande integra a união indissolúvel da República federativa do Brasil e tem como fundamentos:

I - A autonomia;

II - A cidadania;

III - A dignidade da pessoa humana;

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e

V - O pluralismo político.

Art. 15. São objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

I - Assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento local e regional;

III - Contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais nas áreas urbana e rural;

V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 16. Os direitos e deveres individuais e coletivos, na forma prevista na Constituição da República, integram esta Lei Orgânica e devem ser afixados em todas as repartições públicas do Município, nas escolas, nos hospitais ou em qualquer local de acesso público, para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir, por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou que em seu território transite.

Art. 17. Fica instituída a figura do Ouvidor-Geral, na forma prevista nesta Lei Orgânica, para a defesa dos direitos e deveres individuais e coletivos, a que se refere o artigo anterior, e da real participação do cidadão comum na gestão da coisa pública.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA



Art. 18. O Município de Iguaba Grande, com sede na Cidade que lhe dá o nome, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, rege-se por esta Lei Orgânica.

Art. 19. São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 20. São símbolos do Município sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.

§ 1º. A Lei poderá estabelecer outros símbolos, dispondo sobre o seu uso no território do Município.

§ 2º. O dia 08 de junho é a data Magna Municipal.

Art. 21. Incluem-se entre os bens do Município os imóveis, por natureza e acessão física, e os móveis que atualmente sejam do seu domínio, ou a ele pertençam, bem assim os que lhe vierem a ser atribuídos por lei e os que incorporarem ao seu patrimônio por ato jurídico perfeito.

CAPÍTULO II DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 22. O Município poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em bairros, distritos e vilas.

§ 1º. Constituem bairros as porções contínuas e contíguas do território da sede, com denominação própria, representando meras divisões geográficas desta.

§ 2º. É facultada a descentralização administrativa com a criação nos bairros de administrações regionais, na forma de Lei de Iniciativa do Poder Executivo.

Art. 23. Distrito é a parte do território do Município dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

§ 1º. Aplica-se ao distrito o disposto no §2º do artigo anterior.

§ 2º. O distrito poderá subdividir-se em vilas, de acordo com a lei.

Art. 24. A criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, observada a legislação estadual específica.

Parágrafo Único. O distrito pode ser criado mediante fusão de dois ou mais distritos, aplicando-se, neste caso, as normas estaduais cabíveis, relativas à criação e à supressão.

CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 25. Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

III - Elaborar o plano plurianual e o orçamento anual;

IV - Instituir e arrecadar os tributos municipais, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

V - Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

VI - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;



- VII - Dispor sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;
- VIII - Dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- IX - Instituir o quadro, o plano de carreira e o regime único dos servidores públicos;
- X - Organizar e prestar diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais, inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- XI - Manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- XII - Instituir, executar e apoiar programas nacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;
- XIII - Amparar de modo especial, os idosos e os portadores de deficiência;
- XIV - Estimular a participação popular na formulação de políticas públicas e sua ação governamental, estabelecendo programas de incentivo a projetos de organização comunitária nos campos social e econômico, cooperativas de produção e mutirões;
- XV - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro com recursos próprios ou mediante convênio com entidade especializada;
- XVI - Planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana;
- XVII - Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observadas as diretrizes da lei federal;
- XVIII - Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;
- XIX - Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar ou não, bem como de outros detritos e resíduos de qualquer natureza;
- XX - Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- XXI - Cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial à saúde, à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes;
- XXII - Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável;
- XXIII - Organizar e manter serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
- XXIV - Fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observada a legislação federal pertinente;
- XXV - Dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- XXVI - Dispor sobre registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar, erradicar moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;
- XXVII - Disciplinar os serviços de carga e descarga, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja conservação seja de sua competência;
- XXVIII - Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;



XXIX - Regular a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo, bem como afixar nas placas os respectivos horários;

XXX - Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXI - Regular as condições de utilização dos bens públicos de uso comum;

XXXII - Regular, executar, licenciar, fiscalizar, conceder, permitir ou autorizar conforme o caso:

a) Serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

b) Os serviços funerários e os cemitérios;

c) Os serviços de mercados, feiras e matadouros públicos;

d) Os serviços de construção e conservação de estradas, ruas, vias ou caminhos municipais;

e) Os serviços de iluminação pública;

f) A afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXXIII - Fixar os locais de estacionamento público de táxis e demais veículos;

XXXIV - Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XXXV - Adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação;

XXXVI - Assegurar a expedição de certidões, quando requeridas às repartições municipais, para a defesa de direitos e esclarecimento de situações;

XXXVII - Garantir o transporte coletivo, com tarifa condizente ao poder aquisitivo da população, respeitando o custo de sua utilização;

XXXVIII - Organizar e gerenciar o transporte coletivo local de passageiros por via lacustre.

§ 1º. As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual;

§ 2º. As normas de edificação, de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVII deste artigo deverão exigir reserva de área destinada a:

a) Zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) Vias de tráfegos e de passagem de canalizações públicas de esgoto e de águas pluviais;

c) Passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos lotes, obedecidas as dimensões e demais condições estabelecidas na legislação.

§ 3º. A lei que dispuser sobre a guarda municipal, destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais estabelecerá sua organização e competência.

§ 4º. A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do artigo 182, § 1º, da Constituição da República.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 26. É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em Lei complementar federal:

I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;



II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios e acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII - Promover a integração econômica, política, social e cultural da Região dos Lagos, objetivando a união com os demais Municípios no desenvolvimento e solução dos problemas regionais.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 27. Compete ao Município suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando adaptá-la à realidade e às necessidades locais.

CAPÍTULO IV DAS VEDAÇÕES

Art. 28. Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao Município é vedado:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - Recusar fé aos documentos públicos;

III - Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - Subvencionar ou auxiliar, de qualquer forma, com recursos públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de auto-falante, cartazes, anúncios ou outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou a que se destinar a campanha ou objetivos estranhos à administração e ao interesse público.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 29. A administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos poderes do Município, obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - O prazo de validade de concurso público é de até 02(dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos devem ser convocados com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, dentro do limite de vagas existentes na classe inicial da carreira;

V - Os cargos em comissão e as funções de confiança devem ser exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI - É garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical;

VII - O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - A revisão geral da remuneração dos servidores públicos far-se-á sempre na mesma data;

XI - A lei fixará o limite máximo entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal de serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no [§1º do artigo 38, desta Lei Orgânica](#);

XIV - Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamentado;

XV - Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os incisos XI e XII deste artigo, bem como os artigos 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição da República;

XVI - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) A de 02(dois) cargos de professor;

b) A de 01(um) cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) A de 02(dois) cargos privativos de médicos;

XVII - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - Somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundação pública;



XX - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, os serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

§ 1º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

§ 2º. A não observância do disposto nos incisos II e III deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

§ 3º. As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei;

§ 4º. Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda de função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

§ 5º. Os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvados as respectivas ações de ressarcimento, são os estabelecidos em lei federal.

§ 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 30. O Município instituirá regime jurídico único e plano de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º. A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre os servidores do Poder Executivo e Legislativo ressalvado as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º. Aplica-se a esses servidores o disposto no artigo 7º incisos IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX da Constituição da República.

Art. 31. O servidor será aposentado:

I - Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - Voluntariamente:

a) Aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) Aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;

c) Aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais há esse tempo;

d) Aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.



§ 1º. A Lei poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, letras a e c, no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas;

§ 2º. A Lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários;

§ 3º. O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade;

§ 4º. Aplica-se ao servidor público o disposto no §2º do artigo 202 da Constituição da República;

§ 5º. Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei;

§ 6º. O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 32. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

§ 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade;

§ 3º. Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 33. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições do artigo 38 da Constituição da República.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 34. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Cada legislatura tem a duração de quatro anos, correspondendo cada ano a uma sessão legislativa.

Art. 35. A Câmara Municipal compõem-se de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.

§ 1º. São condições de elegibilidade para o exercício do mandato de Vereador, na forma da lei federal:

- I - A nacionalidade brasileira;
- II - O pleno exercício dos direitos políticos;
- III - O alistamento eleitoral;
- IV - O domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - A filiação partidária;



VI - A idade mínima de dezoito anos;

VII - Ser alfabetizado.

§ 2º. É de 11 (onze) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Iguaba Grande.

Art. 36. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, na sede do município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Art. 36. A Câmara Municipal reunir-se-á, anual e ordinariamente, de primeiro de fevereiro a trinta de dezembro, duas vezes por semana, todas as terças e quinta-feiras, com início a partir das 17:00 horas. *(Nova Redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº006 de 09/01/2008)*

§ 1º. As reuniões inaugurais de cada sessão legislativa, marcadas para as datas que lhe correspondem, previstas no caput deste artigo, serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando coincidirem com sábados, domingos e feriados.

§ 2º. A convocação da Câmara é feita no período e nos termos estabelecidos no caput deste artigo, correspondendo à sessão legislativa ordinária.

§ 3º. A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I - Pelo Prefeito, quando este a entender necessária;

II - Pelo Presidente da Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice Prefeito;

III - Pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria dos membros desta, em casos de urgência ou interesse público relevante.

§ 4º. Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 37. As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário prevista na Constituição da República e nesta Lei Orgânica.

Art. 38. A sessão legislativa ordinária não será interrompida, sem a deliberação sobre o projeto de lei orçamentária.

Art. 39. As sessões da Câmara realizar-se-ão em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no artigo 43, inciso XIII, desta Lei Orgânica.

§ 1º. Os horários das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal é o estabelecido em seu Regimento Interno;

§ 2º. ~~Poderão ser realizadas sessões solenes fora do recinto da Câmara.~~

§2º. Poderão ser realizadas sessões solenes ou itinerantes fora do recinto da Câmara. *(Nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº002 de 17/11/2005)*

Art. 40. As sessões serão públicas, salvo deliberações em contrário, de 2/3(dois terços) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 41. As sessões somente serão abertas com a presença de, no mínimo, 1/3(um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único. Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 42. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I - Tributos municipais, arrecadação e dispêndio de suas rendas;

II - Isenção e anistia em matéria tributária, bem como remissões de dívidas;



III - Orçamento anual, plano plurianual, a autorização para a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - Operações de crédito, auxílio e subvenções;

V - Concessão, permissão e autorização de serviços públicos, inclusive abastecimento e distribuição de água, após prévia e profunda análise dos termos estabelecidos por estas;

VI - Concessão administrativa de uso dos bens municipais;

VII - Alienação de bens públicos;

VIII - Aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

IX - Organização administrativa municipal, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, bem como a fixação dos respectivos vencimentos;

X - Criação e estruturação de Secretarias Municipais e demais órgãos da administração pública, bem assim a definição das respectivas atribuições;

XI - Aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e demais planos e programas de Governo;

XII - Autorização para assinaturas de convênios, consórcios, contratos ou outros acordos de qualquer natureza, após profunda análise de seus termos, com entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros, em que haja emprego de recursos financeiros, materiais ou humanos da Municipalidade;

XIII - Delimitação do perímetro urbano;

XIV - Transferência temporária da sede do governo municipal;

XV - Autorização para denominação e mudança de próprios, vias e logradouros públicos;

XVI - Normas urbanísticas, particularmente as relativas ao zoneamento e loteamento

Art. 43. É da competência exclusiva da Câmara Municipal;

I - Eleger os membros de sua Mesa Diretora;

II - Elaborar o Regimento Interno;

III - Organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV - Propor a criação ou a extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice Prefeito e aos Vereadores;

VI - Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

VII - Exercer a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo;

VIII - Tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de sessenta dias de seu recebimento, observados os seguintes preceitos:

a) O parecer do Tribunal somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara;

b) Decorrido o prazo de sessenta dias, sem deliberação da Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c) No decurso do prazo previsto na alínea anterior, as contas do Prefeito ficarão a disposição de qualquer contribuinte do município, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da Lei;

d) Rejeitadas as contas, serão estas, imediatamente, remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;



IX - Decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição da República, nesta Lei Orgânica e na legislação federal aplicável;

X - Autorizar a realização de empréstimos ou de crédito interno ou externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

XI - Proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

XII - Aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno, de direito privado, instituições estrangeiras ou multinacionais, após profunda análise dos termos estabelecidos por estas celebrações, quando se tratar de matéria assistencial, educacional, cultural ou técnica;

XIII - Estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIV - Convocar o Prefeito, Secretário do Município ou autoridade equivalente, para prestar esclarecimentos, apazando dia e hora para o comparecimento, importando a ausência, sem justificativa adequada, crime de responsabilidade, punível na forma da legislação federal;

XV - Encaminhar pedidos escritos de informação a Secretário do município ou autoridade equivalente, importando crime de responsabilidade a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas;

XVI - Ouvir Secretários do município ou autoridades equivalentes, quando por sua iniciativa e mediante entendimentos prévios com a Mesa, comparecerem à Câmara Municipal para expor assunto de relevância da Secretaria ou órgão da administração de que forem titulares;

XVII - Deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XVIII - Criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço de seus membros;

XIX - Conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoa que, reconhecidamente, tenha prestado relevantes serviços ao Município e nele se tenha destacado pela sua atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta, pelo voto de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara;

XX - Solicitar a intervenção do Estado no Município;

XXI - Julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em lei federal;

XXII - Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXIII - Fixar, observado o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II, 153, III e 153, §2º, I, da Constituição da República, a remuneração dos Vereadores, em cada legislatura para a subsequente, sobre a qual incidirá o imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

XXIV - Fixar, observado o que dispõem o artigo 29, XI, desta Lei Orgânica, e os artigos 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, da Constituição da República, em cada legislatura para a subsequente, a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou autoridades equivalentes;

XXV - Suplementar as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização ao Poder Executivo constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

XXVI - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem do Poder Regulamentar.

SEÇÃO III DOS VEREADORES

Art. 44. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.



§ 1º. Desde a expedição do diploma, os membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Casa, observado o disposto no §2º do artigo 53, da Constituição da República;

§ 2º. No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Câmara Municipal, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa;

§ 3º. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 45. É vedado ao Vereador:

I - Desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) Aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no artigo 33 desta Lei Orgânica.

II - Desde a posse:

a) Ocupar cargo, função ou emprego, na administração pública direta ou indireta do Município, de que seja exonerável ad nutum, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente;

b) Exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) Patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do inciso I.

Art. 46. Perderá o mandato o Vereador:

I - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - Que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV - Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V - Que fixar residência fora do Município;

VI - Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

§ 1º. Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais;

§ 2º. Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa;

§ 3º. Nos casos previstos nos incisos III e IV, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 47. O Vereador poderá licenciar-se:

I - Por motivo de doença;



II - Para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

III - Para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de interesse do Município.

§ 1º. Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou Diretor do órgão da administração pública direta ou indireta do Município, conforme previsto no artigo 45, inciso II, alínea a, desta Lei Orgânica;

§ 2º. Ao Vereador licenciado nos termos do inciso I, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio-doença;

§ 3º. O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para efeito de cálculo da remuneração dos Vereadores;

§ 4º. A licença para tratar de interesses particulares não será inferior a trinta dias e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença;

§ 5º. Independente de requerimento considerar-se-á, como licenciado pelo não comparecimento às reuniões o Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade em virtude de processo criminal em curso;

§ 6º. Na hipótese do §1º o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 48. Dar-se-á a convocação do Suplente nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º. O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quinze dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo;

§ 2º. Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos vereadores remanescentes.

SEÇÃO IV DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 49. A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º. A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independentemente de número, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes;

§ 2º. O Vereador, que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior, deverá fazê-lo, dentro do prazo de quinze dias do início do funcionamento ordinário da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

§ 3º. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados;

§ 4º. Inexistindo número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa;

§ 5º. A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio, far-se-á na última Sessão Legislativa referente ao primeiro biênio, sendo os eleitos automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

§5º. A eleição da Mesa da Câmara Municipal de Iguaba Grande, para o segundo biênio, far-se-á na segunda quinzena do mês de setembro do último ano do primeiro biênio, sendo os eleitos automaticamente empossados a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente. *(Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº003 de 26/09/2006)*

§5º. A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Iguaba Grande, para o segundo biênio, ocorrerá a partir do dia primeiro de junho do final do ano do primeiro biênio, com data agendada pela Mesa Diretora com antecedência mínima de 10(dez) dias. *(Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 007/2010)*



~~§5º. A eleição da Mesa da Câmara Municipal de Iguaba Grande, para o segundo biênio, far-se-á na segunda quinzena do mês de setembro do último ano do primeiro biênio, sendo os eleitos automaticamente empossados a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente. (nova redação do parágrafo dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 008/2010)~~

§5º. A eleição da Mesa da Câmara Municipal de Iguaba Grande, para o segundo biênio, far-se-á até o trigésimo primeiro dia do mês de dezembro do último ano do primeiro biênio, sendo os eleitos automaticamente empossados a partir do dia 1º de janeiro de ano subsequente. (nova redação do parágrafo dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 010/2013)

Art. 50. O mandato da Mesa será de dois anos, permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

~~Art. 51. A Mesa da Câmara se compõe de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem:~~

Art. 51. A Mesa da Câmara compõe-se do Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, os quais se substituirão na seguinte ordem: (nova redação do parágrafo dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 010/2013)

§ 1º. Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa;

§ 2º. Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência;

~~§ 3º. Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído do cargo, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.~~

§ 3º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído do cargo, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, ascendendo ao respectivo cargo o seu substituto direto. No caso do 2º Vice-Presidente e do 2º Secretário, será realizada eleição no expediente da primeira Sessão seguinte para completar o biênio do mandato. (nova redação do parágrafo dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 010/2013)

Art. 52. A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º. Às Comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - Convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

III - Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas;

IV - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

V - Exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da administração indireta.

§ 2º. As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em Congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º. Na formação das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara;

§ 4º. As Comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regime Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 53. A Maioria, a Minoria, as Representações Partidárias, mesmo com apenas um membro, e os blocos parlamentares terão líder e, quando for o caso, Vice Líder.



§ 1º. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou partidos políticos à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§ 2º. Os líderes indicarão os respectivos Vices Líderes, se for o caso, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 54. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas comissões da Câmara.

Parágrafo Único. Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice Líder.

Art. 55. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos, de seus serviços e, especialmente sobre:

- I - Sua instalação e funcionamento;
- II - Posse de seus membros;
- III - Eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;
- IV - Periodicidade das reuniões;
- V - Comissões;
- VI - Sessões;
- VII - Deliberações;
- VIII - Todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Parágrafo Único. O Regimento Interno disporá, também, sobre as normas para a utilização da Tribuna da Câmara pelas entidades representativas da sociedade, associações comunitárias, de classe ou de caráter cívico.

Art. 56. À Mesa dentre outras atribuições, compete:

- I - Tomar as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- II - Propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III - Apresentar projetos de Resolução dispondo sobre a abertura de créditos suplementares e especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;
- IV - Promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;
- V - Representar, junto ao Executivo, sobre necessidades de economia interna;
- VI - Contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Art. 57. Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

- I - Representar a Câmara em juízo ou fora dele;
- II - Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III - Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV - Promulgar as resoluções e decretos legislativos;
- V - Promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceite esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito;
- VI - Fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar;
- VII - Autorizar as despesas da Câmara;



VIII - Representar, por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

IX - Solicitar, por decisão da maioria absoluta da Câmara, a intervenção no município nos casos admitidos pela Constituição da República e pela Constituição do Estado;

X - Encaminhar, para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuída tal competência.

Parágrafo único. Ao que se referem os incisos II, IV, V, VI, VII deverão ser aprovados e executados por decisão da maioria dos membros da Mesa Diretora. *(Parágrafo incluído pela Emenda a Lei Orgânica nº001 de 29/03/2005)*

SEÇÃO V DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 58. O Processo Legislativo Municipal compreenderá a elaboração de:

I - Emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis complementares;

III - Leis ordinárias;

IV - Resoluções;

V - Decretos legislativos.

Art. 59. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - Do Prefeito Municipal;

§ 1º. A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º. A emenda a Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 60. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, que a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

Parágrafo Único. A iniciativa popular será caracterizada através de listas organizadas por qualquer entidade associativa, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - A assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de nome completo e legível, além do número do título eleitoral com indicação da zona e seção onde vota;

II - Os subscritores da proposta indicarão entre si aquele que deverá discutir a matéria, por uma única vez, quando de sua inclusão na Ordem do Dia;

III - A proposição que receber parecer contrário da Comissão Permanente encarregada de analisá-la será considerada prejudicada e arquivada, salvo se houver recurso de 1/3 (um terço) dos Vereadores, caso em que irá ao Plenário para debate e deliberação final;

IV - Cada proposição deverá restringir-se a um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha;



V - Ao Presidente da Câmara incumbe verificar se a proposição atende aos requisitos exigidos nos incisos anteriores, podendo conceder prazo de até três dias para a sua regularização, antes do exame a cargo da Comissão Permanente;

Art. 61. Mediante proposta fundamentada por 1/3(um terço) dos Vereadores ou por 5%(cinco por cento) dos eleitores inscritos na circunscrição, será submetida a plebiscito popular questão relevante para os destinos do Município.

§ 1º. A iniciativa popular se exercerá na forma prevista em lei complementar e nesta Lei Orgânica;

§ 2º. A votação deverá ser organizada pelo Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de três meses após a aprovação da proposta, assegurando-se formas de publicidade gratuita para os partidários e os opositores da proposição;

§ 3º. Será realizada uma só consulta plebiscitária por ano, admitindo-se até três proposições por consulta e vedada a sua realização nos quatro meses que antecedem à realização de eleições municipais, estaduais e nacionais;

§ 4º. O Tribunal Regional Eleitoral proclamará o resultado do plebiscito que será considerado como decisão definitiva sobre a questão proposta;

§ 5º. A proposição que já tenha sido objeto de plebiscito popular somente poderá ser representada com intervalo de cinco anos;

§ 6º. O Município assegurará ao Tribunal Regional Eleitoral os recursos necessários à realização das consultas plebiscitárias.

Art. 62. As leis complementares somente serão aprovadas se objetivarem a maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único. Serão leis complementares dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município;

II - Código de Obras;

III - Código de Postura;

IV - Lei instituidora do Regime Jurídico Único dos servidores municipais;

V - Lei Orgânica instituidora da Guarda Municipal;

VI - Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VII - Lei que institui o Plano Diretor do Município.

Art. 63. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - Servidores públicos do Poder Executivo, na administração indireta e autarquias, seu Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos da administração pública;

IV - Matéria orçamentária e a que autoriza a abertura de créditos ou conceda auxílio e subvenções;

Parágrafo Único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado disposto na primeira parte do inciso IV, deste artigo.

Art. 64. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das Leis que disponham sobre:

I - Autorização para aberturas de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - Organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.



Parágrafo Único. Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela metade dos Vereadores.

Art. 65. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º. Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até noventa dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação;

§ 2º. Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação;

§ 3º. O prazo do §1º não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 66. Aprovado o Projeto de Lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º. O Prefeito, considerando o projeto no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento;

§ 2º. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, o silêncio do Prefeito importará sanção;

§ 3º. O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;

§ 4º. A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara, será feita dentro de trinta dias a contar do seu recebimento em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto;

§ 5º. Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação;

§ 6º. Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no §4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão seguinte, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o artigo 65, desta Lei Orgânica;

§ 7º. A não promulgação da Lei no prazo de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos § 2º e § 5º, fica autorizado o Presidente da Câmara a fazê-lo em igual prazo.

Art. 67. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo, sobre os demais casos de sua competência privada.

Parágrafo Único. Nos casos de projeto de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á concluída a deliberação com a votação final e elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 68. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VI DA OUVIDORIA MUNICIPAL

Art. 69. Fica criada no âmbito do Poder Legislativo a Ouvidoria Municipal, provida por um Ouvidor-Geral, funcionalmente autônomo, com a finalidade de defender os direitos de cidadania e exercer vigilância aos atos administrativos da administração direta e indireta do Município.

Art. 70. Incluem-se entre as atribuições do Ouvidor-Geral:

I - Velar pelo cumprimento da Lei e demais disposições, a que se submete a administração municipal;

II - Proteger o cidadão com relação a ações e omissões lesivas a seus interesses, quando atribuídas a titular responsável por cargo ou função pública;

III - Receber e apurar queixas e denúncias apresentadas por quem se considerar prejudicado por ato da administração municipal;



IV - Zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;

V - Criticar e censurar atos da administração pública municipal e recomendar as correções e melhorias do serviço público em geral;

VI - Defender a ecologia, os direitos do consumidor e demais interesses do cidadão.

Art. 71. Poderá dirigir-se ao Ouvidor-Geral qualquer pessoa, brasileira ou estrangeira, física ou jurídica, que resida ou exerça atividades, ainda que de passagem no Município e que se considere lesada por ato da administração pública municipal.

Parágrafo Único. A menoridade não será impedimento para o recebimento de reclamações ou denúncias, podendo o Ouvidor-Geral atuar de ofício.

Art. 72. A Ouvidoria Municipal será regulamentada por lei complementar de iniciativa do Poder Legislativo, a quem compete a indicação do Ouvidor-Geral, pelo voto de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara Municipal, em Sessão e escrutínio secreto.

SEÇÃO VII DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 73. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Executivo, instituídos em Lei.

§ 1º. O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou órgão Estadual a que for atribuído essa incumbência, e compreenderá a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos;

§ 2º. As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60(sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de contas ou órgão Estadual a que for atribuído essa incumbência, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer se não houver deliberação dentro desse prazo;

§ 3º. Somente por decisão de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão Estadual incumbido dessa decisão;

§ 4º. As contas do município ficarão no decurso do prazo previsto no §2º deste artigo, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da Lei;

§ 5º. As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e Estado serão prestadas na forma da Legislação Federal e Estadual em vigor, podendo o Município suplementá-las sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 74. O Executivo manterá sistema de controle interno, a fim de:

I - Criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - Acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - Avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - Verificar a execução dos contratos.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO



Art. 75. O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores com atribuições equivalentes ou assemelhadas.

Parágrafo Único. Aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no §1º do artigo 35 desta Lei Orgânica, no que couber, e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 76. A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á simultaneamente com a dos Vereadores, nos termos estabelecidos no artigo 29, incisos I e II da Constituição da República.

§ 1º. A eleição do Prefeito importará a do Vice-Prefeito com ele registrado;

§ 2º. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos para mandato de quatro anos, devendo a eleição realizar-se até noventa dias antes do término do mandato daqueles a quem devam suceder, na forma determinada em lei.

Art. 77. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia primeiro de janeiro no ano subsequente à eleição, em sessão da Câmara Municipal, prestando compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, observar as Leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade.

Parágrafo Único. Decorridos dez dias da data fixada para a Posse, se o Prefeito e o Vice Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 78. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á na vaga o Vice Prefeito.

§ 1º. O Vice Prefeito não poderá recusar-se a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato;

§ 2º. O Vice Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 79. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância do cargo assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único. A recusa do Presidente da Câmara, por qualquer motivo, em assumir o cargo de prefeito importará em automática renúncia à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro para ocupar a vaga de Presidente da Câmara, à Chefia do Poder Executivo.

Art. 80. Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - Ocorrendo a vacância nos três primeiros anos do mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores;

II - Ocorrendo a vacância no último ano de mandato, assumirá o Presidente da Câmara, que completará o período.

Art. 81. A eleição ou reeleição do Prefeito, bem como do Vice Prefeito dar-se-ão conforme dispuser a Constituição da República e o mandato terão início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Art. 82. O Prefeito e o Vice Prefeito quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

Parágrafo Único. O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - Impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada;

II - Em gozo de férias;

III - A serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 83. O Prefeito gozará férias anuais de 30(trinta) dias sem prejuízo da remuneração, ficando ao seu critério a época para usufruir do descanso.

Art. 84. A remuneração do Prefeito será estipulada na forma do inciso XXIV do artigo 43 desta Lei Orgânica.



SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 85. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

- I - Iniciar o processo legislativo, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;
- II - Representar o Município em juízo e fora dele;
- III - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos para sua fiel execução;
- IV - Vetar no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara;
- V - Nomear e exonerar os Secretários Municipais e os Diretores dos órgãos da administração pública direta e indireta;
- VI - Decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;
- VII - Expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- VIII - Permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;
- IX - Prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
- X - Enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual e ao plurianual do Município e das autarquias;
- XI - Encaminhar à Câmara, até quinze de abril, a prestação de contas, bem como os balanços, do exercício findo;
- XII - Encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XIII - Fazer publicar atos oficiais;
- XIV - Prestar à Câmara dentro de quinze dias as informações solicitadas, salvo prorrogação a seu pedido e por prazo determinado, em face da complexidade da matéria ou da dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes de dados necessários ao atendimento do pedido;
- XV - Prover os serviços e obras da administração pública;
- XVI - Superintender a arrecadação dos tributos, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- XVII - Colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias, de sua requisição, as quantias que devem ser despendidas de uma só vez, e, até o dia vinte de cada mês os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias compreendendo os créditos suplementares e especiais;
- XVIII - Aplicar multas previstas em leis e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;
- XIX - Resolver sobre requerimentos, reclamações ou representação que lhe forem dirigidas;
- XX - Oficializar, obedecidas às normas urbanísticas aplicáveis, às vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;
- XXI - Convocar extraordinariamente a Câmara quando interesse da administração exigir;
- XXII - Aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;
- XXIII - Apresentar anualmente à Câmara relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;



XXIV - Organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, com observância do limite das dotações a elas destinadas;

XXV - Contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXVI - Providenciar sobre a administração dos bens do município e sua alienação, na forma da lei;

XXVII - Organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do município;

XXVIII - Desenvolver o sistema viário do município;

XXIX - Conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXX - Providenciar sobre o incremento do ensino;

XXXI - Estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a lei;

XXXII - Solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXIII - Solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a quinze dias;

XXXIV - Adotar providências para conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXV - Publicar até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XXXVI - Estimular a participação popular e estabelecer programa de incentivo para os fins previstos no artigo 25, inciso XIV, observado, ainda, o disposto no Título VII, desta Lei Orgânica;

XXXVII - Manter contato com as entidades representativas das comunidades situadas na Região dos Lagos, autoridades das três esferas de governo e quaisquer outras entidades nacionais ou estrangeiras, cuja atuação e objetivos sejam úteis à integração e desenvolvimento da Região, estimulando o associativismo;

XXXVIII - Convocar a Conferência de Saúde e a Conferência de Educação, na forma estabelecida nesta Lei Orgânica.

Art. 86. O Prefeito poderá delegar, por decreto, aos seus auxiliares, as funções administrativas previstas nos incisos IX, XV e XXIV do artigo anterior.

SEÇÃO III DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 87. É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no artigo 38, II, IV e V da Constituição da República, e no artigo 33 desta Lei Orgânica.

I - Ao Prefeito e ao Vice Prefeito é vedado desempenhar função, a qualquer título, em empresa pública;

II - A infringência ao disposto neste artigo e em seu §1º implicará perda do mandato.

Art. 88. As incompatibilidades declaradas no artigo 45 desta Lei Orgânica, seus incisos e alíneas, estendem-se no que forem aplicáveis ao Prefeito e aos Secretários Municipais e autoridades equivalentes.

Art. 89. São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em Lei Federal.

Parágrafo Único. O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 90. São infrações político-administrativas do Prefeito as previstas em Lei Federal.



Parágrafo Único. O Prefeito será julgado, pela prática de infrações político-administrativas, perante a Câmara.

Art. 91. Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

- I - Ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;
- II - Deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez dias;
- III - Infringir as normas dos artigos 45 e 82, desta Lei Orgânica;
- IV - Perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

SEÇÃO IV DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 92. São auxiliares diretos do Prefeito:

- I - Os Secretários Municipais;
- II - Os Diretores de órgãos da administração pública direta.

Parágrafo Único. Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

Art. 93. A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades.

Art. 94. São condições essenciais para a investidura do cargo de Secretário ou Diretor:

- I - Ser brasileiro;
- II - Estar no exercício dos direitos políticos;
- III - Ser maior de vinte e um anos.

Art. 95. Além das atribuições fixadas em Lei, compete aos Secretários e Diretores:

- I - Subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II - Expedir instruções para a boa execução das Leis, decretos e regulamentos;
- III - Apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços realizados por sua Secretaria e órgãos;
- IV - Comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados, para prestação de esclarecimentos oficiais.

§ 1º. Os decretos, atos e regulamentos referentes aos serviços autônomos ou autárquicos serão referendados pelo Secretário ou Diretor de Administração;

§ 2º. A infringência ao inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade, nos termos de Lei Federal.

Art. 96. Os Secretários ou Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que: assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 97. Lei Municipal de iniciativa do Prefeito poderá criar Administrações de Bairros e Subprefeituras nos Distritos.

§ 1º. Aos administradores de bairros ou Subprefeitos, como delegados do Poder Executivo, compete:

- I - Cumprir e fazer cumprir as leis, resoluções, regulamentos, mediante instruções expedidas pelo Prefeito, os atos, pela Câmara, e por ele aprovados;
- II - Atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, ou quando se tratar de matéria estranha as suas atribuições;
- III - Indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Bairro ou Distrito;



IV - Fiscalizar os serviços que lhe são afetos;

V - Prestar contas ao Prefeito mensalmente ou quando lhes forem solicitadas.

Art. 98. O subprefeito em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 99. Os auxiliares diretos do Prefeito apresentarão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo, que constará dos arquivos da Prefeitura.

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 100. O Município organizará uma guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º. A lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina;

§ 2º. A investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 101. A administração municipal é constituída de órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º. Os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura se organizam e se coordenam atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições;

§ 2º. As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a administração indireta do Município se classificam:

I - Autarquia: O serviço autônomo, criado por lei com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - Empresa pública: A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital exclusivo do município, criada por lei para exploração de atividades econômicas que o governo municipal seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - Sociedade de economia mista: A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da administração indireta;

IV - Fundação pública: A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgão ou entidade de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direito, e funcionamento custeado por recursos do município e de outras fontes.

§ 3º. A entidade de que trata o inciso IV do parágrafo 2º deste artigo adquire personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO V DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS



Art. 102. A publicação de leis e atos municipais far-se-á em órgão da imprensa local ou regional ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º. A escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e atos administrativos far-se-á através de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição;

§ 2º. Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação;

§ 3º. A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

Art. 103. O Prefeito fará publicar:

I - Diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior;

II - Mensalmente, o balancete resumido da receita e da despesa;

III - Mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV - Anualmente, até 15 de março, pelo órgão oficial do Estado, as contas da administração, constituídas do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II DOS LIVROS

Art. 104. O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de suas atividades e de seus serviços.

§ 1º. Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito e pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou por funcionário designado para tal fim;

§ 2º. Os livros referidos neste artigo poderão ser substituídos por ficha ou outro sistema, convencionalmente autenticados.

SEÇÃO III DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 105. Os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - Decreto, numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) Regulamentação de lei;

b) Instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;

c) Regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;

d) Abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários;

e) Declaração de utilidade pública ou necessidade social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;

f) Aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;

g) Permissão de uso dos bens municipais;

h) Medidas executórias do Plano Diretor do Município;

i) Normas de efeitos externos, não privativos de lei;

j) Fixação e alteração de preços;



II - Portaria, nos seguintes casos:

- a) Provimento e vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
- b) Lotação e relocação nos quadros de pessoal;
- c) Abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;
- d) Outros casos determinados em lei ou decreto.

III - Contrato, nos seguintes casos:

- a) Admissão de servidores para serviços de caráter temporário, nos termos do artigo 29, inciso IX, desta Lei Orgânica;
- b) Execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei;

Parágrafo Único. Os casos não previstos neste artigo obedecerão a forma de atos, instruções ou avisos da autoridade responsável.

SEÇÃO IV DAS PROIBIÇÕES

~~Art. 106. O Prefeito, o Vice Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, consangüíneo ou afim, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o município, subsistindo a proibição até seis meses após o término do exercício das respectivas funções.~~

Art. 106. O Prefeito, o Vice Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, consangüíneo ou afim, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar o fornecimento de bens ou serviços com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após o término do exercício das respectivas funções. *(Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº004 de 27/12/2007)*

Parágrafo Único. Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.

Art. 107. A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO V DAS CERTIDÕES

Art. 108. A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de quinze dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar sua expedição.

§ 1º. No mesmo prazo deverão ser atendidas as requisições judiciais, se outro prazo não for fixado pelo juiz;

§ 2º. As certidões relativas ao Poder Público serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VI DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 109. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.



Art. 110. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 111. Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - Pela sua natureza;

II - Em relação a cada serviço.

Parágrafo Único. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada exercício será incluído o inventário de todos os bens municipais.

Art. 112. A alienação dos bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

II - Quando móveis, dependerá apenas de concorrência pública, dispensada nos casos de doação, que será permitida exclusivamente para fins assistenciais ou quando houver interesse público relevante, justificado pelo Executivo.

Art. 113. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º. A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado;

§ 2º. A venda aos proprietários de imóveis lenheiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação;

§ 3º. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições do parágrafo anterior, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 114. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 115. É proibida a doação e venda de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou lago público, salvo a concessão de uso de pequenos espaços destinados a vendas de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 116. O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º. A concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominicais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do §1º do artigo 113, desta Lei Orgânica;

§ 2º. A concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa;

§ 3º. A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário, por ato unilateral do Prefeito através de decreto.

Art. 117. Poderão ser cedidos a particulares para serviços transitórios, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que não haja prejuízos para os trabalhos do Município e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 118. A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.



CAPÍTULO VII DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 119. Nenhum empreendimento de obras e serviços do município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

- I - A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;
- II - Os pormenores para a sua execução;
- III - Os recursos para o atendimento das respectivas despesas;
- IV - Os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º. Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, será executado sem prévio orçamento do seu custo;

§ 2º. As obras públicas poderão ser executadas pela Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 120. A permissão de serviço público, a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento dos interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita por autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública;

§ 1º. Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com estabelecido neste artigo.

§ 2º. Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do município, incumbindo aos que executam sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º. O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º. As concorrências para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da Capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 121. As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração e demais regras contidas nesta Lei Orgânica.

Art. 122. Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 123. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio com outros Municípios.

CAPÍTULO VIII DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Art. 124. Compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão de uso, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, como dispõe o inciso V, do artigo 30, da Constituição da República.

§ 1º. Cabe ao Município, portanto, legislar sobre os demais modos de transporte de sua competência, estabelecidos em lei;

§ 2º. O transporte coletivo de passageiros é um serviço essencial, sendo atribuição do Poder Público Municipal o seu planejamento e a sua operação direta ou mediante regime de concessão ou permissão;

§ 3º. O planejamento e as condições de operação dos serviços de transporte de passageiros, com itinerários municipais, são atribuições do Município, na forma da lei.



§ 4º. Serão fixadas em lei as tarifas dos serviços públicos de transporte, cuja planilha de cálculo terá a devida publicação pelo Poder Público;

§ 5º. Os veículos de transporte coletivo, fabricados para esse fim específico, devem respeitar o livre acesso e circulação dos idosos e dos portadores de deficiência;

§ 6º. Os veículos de transporte coletivo, atualmente existentes, a fim de garantir acesso adequado aos idosos e portadores de deficiência, serão adaptados na forma regulada por lei.

§ 7º. Os veículos de transporte coletivo de passageiros que se instalarem para prestação de serviços no município terão que recolher ISS para os cofres da municipalidade.

Art. 125. Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade nos transportes coletivos municipais.

§ 1º. Aos vigilantes uniformizados e sindicalizados será, na forma da lei, concedida gratuidade nos transportes coletivos municipais.

§ 2º. Aos estudantes do 1º e 2º graus uniformizados é garantida a gratuidade nos transportes coletivos municipais, através do simples acesso aos veículos transportadores.

§ 3º. Aos menores de 06(seis) anos de idade é garantida a gratuidade nos transportes coletivos municipais.

Art. 126. O Poder Executivo Municipal criará a Secretaria Municipal de Transporte ou órgão equivalente, com a finalidade de controlar, planejar, conceder, permitir, autorizar e regulamentar a prestação dos serviços de transporte coletivo municipal de passageiros.

~~Art. 127. O transporte coletivo municipal de passageiros por ônibus, vans e lotadas será operado por entidades integrantes da administração pública municipal direta ou indireta, ou por empresas privadas, mediante concessão ou permissão.~~

Art. 127. O transporte coletivo municipal de passageiros por ônibus, vans e lotadas será operado por entidades integrantes da administração pública municipal direta ou indireta, ou da seguinte forma: *(nova redação do parágrafo dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 009/2011)*

I – por pessoas jurídicas, mediante concessão, para transporte coletivo por ônibus; *(inciso incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 009/2011)*

II – por pessoas físicas ou jurídicas, mediante permissão, para transporte prestado por vans ou lotadas. *(inciso incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 009/2011)*

Parágrafo Único. O Poder Executivo providenciará, logo após a promulgação desta Lei Orgânica, a convocação de licitação para a adjudicação de linhas de ônibus municipais, objetivando a melhoria dos serviços e estimulando a concorrência.

Art. 128. Para melhor controlar e fiscalizar a qualidade dos serviços de transporte coletivo municipal de passageiros por ônibus, o Poder Executivo deverá construir o terminal doméstico de passageiros.

Art. 129. A lei regulará, também, a exploração do transporte de passageiros por fretamento e serviço especial de fretamento, bem como lotadas, além do transporte escolar e dos serviços de táxi.

Art. 130. Dentro de seis meses da data de promulgação da presente Lei Orgânica, o Poder Executivo enviará à Câmara Municipal o projeto do Regulamento Geral dos Transportes Coletivos e de Passageiros, que disporá sobre a ordenação dos transportes municipais.

Art. 131. A lei criará, no âmbito do Poder Executivo, a Comissão Municipal de Água e Energia Elétrica, com a finalidade de propor soluções para o aperfeiçoamento desses outros serviços públicos de interesse local.

TÍTULO V DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DA RECEITA E DESPESA E DO ORÇAMENTO



CAPÍTULO I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 132. São tributos municipais os impostos, as taxas e a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República e nas normas gerais de direito tributário.

Art. 133. Compete ao município instituir impostos sobre:

I - Propriedade predial e territorial urbana;

II - Transmissão, inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos de aquisição;

III - Serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na Lei complementar prevista no artigo 156, inciso III, da Constituição da República e excluídas de sua incidência as exportações de serviços para o exterior.

§ 1º. O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

§ 2º. O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º. A lei que instituir tributo municipal observará no que couberem, as limitações do poder de tributar, estabelecidas nos artigos 150 e 152 da Constituição da República.

Art. 134. As taxas serão instituídas em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados a contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 135. A contribuição de melhoria poderá ser instituída e cobrada em decorrência de obras públicas, nos termos e limites definidos na Lei complementar a que se refere o artigo 146 da Constituição da República.

Art. 136. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 137. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social que criar e administrar.

CAPÍTULO II DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 138. A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em impostos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 139. Pertencem ao Município:

I - O produto de arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título pelo Município, suas autarquias e fundações por ele mantidas;

II - Cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;



III - Setenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, incidente sobre o ouro, observado o disposto no artigo 153, § 5º da Constituição da República;

IV - Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

V - Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestaduais e intermunicipais de comunicação.

Art. 140. A fixação dos preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo Único. As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

Art. 141. Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Prefeitura, sem prévia notificação.

§ 1º. Considera-se notificação a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da lei complementar prevista no artigo 146 da Constituição da República;

§ 2º. Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para a sua interposição o prazo de 15 dias, contados da notificação.

Art. 142. A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição da República e às normas de direito financeiro.

Art. 143. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito votado pela Câmara Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 144. Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso para atendimento do correspondente encargo.

Art. 145. As disponibilidades de caixa do município, de suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, salvo os casos previstos em lei.

CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO

Art. 146. A elaboração e a execução da lei orçamentária anual e do plano plurianual obedecerão às regras estabelecidas na constituição da República, na Constituição do Estado e nas normas de Direito Financeiro Orçamentário.

Parágrafo Único. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 147. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e ao orçamento anual, bem como os créditos adicionais serão apreciados pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, à qual caberá:

I - Examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais comissões da Câmara.

§ 1º. As emendas serão apresentadas na Comissão que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas na forma regimental;

§ 2º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual;



II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) Dotações para pessoal e seus encargos;
- b) Serviço da dívida; ou

III - Sejam relacionadas:

- a) Com a correção de erros ou omissões; ou
- b) Com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 148. A Lei Orçamentária compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - O orçamento de investimento das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 149. O Prefeito enviará à Câmara, no prazo consignado na lei complementar federal, a proposta de orçamento anual do município para o exercício seguinte.

§ 1º. O não cumprimento do disposto no caput deste artigo implicará a elaboração pela Câmara, independentemente do envio da proposta, da competente Lei de Meios, tomando por base a lei orçamentária em vigor. *(Parágrafo declarado inconstitucional. Vide ADI 0048205-41.2012.8.19.0000)*

§ 2º. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar.

Art. 150. A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo. *(Artigo declarado inconstitucional. Vide ADI 0048205-41.2012.8.19.0000)*

Art. 151. Rejeitado pela Câmara o projeto de lei orçamentária anual, prevalecerá, para o ano seguinte, o orçamento do exercício em curso, aplicando-se a atualização dos valores. *(Artigo declarado inconstitucional. Vide ADI 0048205-41.2012.8.19.0000)*

Art. 152. Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariem o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo.

Art. 153. O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se, discriminadamente, na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 154. O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem à fixação da despesa anteriormente autorizada.

Parágrafo Único. Não se incluem na proibição deste artigo:

- I - A autorização para abertura de créditos suplementares;
- II - A contratação de operações de créditos, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

Art. 155. São vedados:

- I - O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;



III - A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara por maioria absoluta;

IV - A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada a repartição do produto de arrecadação de impostos a que se referem os artigos 158 e 159, da Constituição da República, como determinado no artigo 139 desta Lei Orgânica, a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação da receita, prevista no artigo 154, inciso II, desta Lei Orgânica, bem assim, no que couber, o disposto no § 4º, do artigo 67, da Constituição da República Federativa do Brasil.

V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive os mencionados no artigo 148, inciso III, desta Lei Orgânica;

IX - A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 156. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

Art. 157. A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

TÍTULO VI DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 158. O Município, dentro de sua competência, organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade.

Art. 159. A intervenção do Município, no domínio econômico, terá por objetivo estimular e orientar a produção, defender os interesses do povo e promover a justiça e a solidariedade sociais.

Art. 160. O trabalho é obrigação social, garantido a todos o direito ao emprego e a justa remuneração, que proporcione existência digna na família e na sociedade.

Art. 161. O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucro, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.



Art. 162. O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, objetivando proporcionar a eles, entre outros benefícios, meio de produção e de trabalho, crédito fácil e preço justo, saúde e bem-estar social.

Parágrafo Único. Serão isentas de impostos as cooperativas agrícolas.

Art. 163. Aplica-se ao município o disposto no artigo 175, parágrafo único e seus incisos, da Constituição da República.

Art. 164. O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 165. O Município manterá órgãos especializados, incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata este artigo, compreende o exame contábil e as perícias necessárias à apuração das inversões de capital e dos lucros auferidos pelas empresas concessionárias.

Art. 166. O município dispensará à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em lei federal, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas, por meio de lei.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA URBANA

Art. 167. A política de desenvolvimento urbano executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, aplicadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 229 e seguintes, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º. O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor.

§ 3º. As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 168. O Município poderá mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de:

I - Parcelamento ou edificação compulsória;

II - Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - Desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

IV - A Municipalidade promoverá a associação entre os municípios situados na Região dos Lagos, de modo a discutir e executar projetos, atividades e soluções comuns quanto à questão urbana, inclusive para a edição de normas legais idílicas e de parcelamento, uso e ocupação do solo em padrões semelhantes.

Art. 169. São isentos de tributos os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor, empregados no serviço da própria lavoura ou no transporte de seus produtos.

Art. 170. Aquele que possuir como sua, área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.



§ 1º. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º. Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Art. 171. É isento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possuam outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO III DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 172. O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as atividades particulares que visem a este objetivo.

§ 1º. Caberá ao Município promover e executar as obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º. O plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante o previsto no artigo 203, da Constituição da República.

Art. 173. Compete ao Município suplementar, se for o caso, os planos de previdência social estabelecidos na lei federal.

CAPÍTULO IV DA CIDADANIA E DO BEM-ESTAR SOCIAL

Art. 174. O Município prestará assistência a quem dela necessitar obedecidos aos princípios e normas da Constituição da República e da Constituição do Estado.

Parágrafo Único. Será assegurada, nos termos da lei, a participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações de assistência social.

Art. 175. O Município garantirá o livre acesso de todos às praias.

Parágrafo Único. Nos limites de sua competência, o Município proibirá quaisquer edificações sobre as áreas que contrariem o disposto neste artigo.

Art. 176. O Município, no âmbito de sua competência, criará instrumentos para a defesa dos direitos do consumidor e do usuário de serviços públicos municipais.

Parágrafo Único. O Município, em articulação com a União e o Estado na implantação de medidas eficazes em defesa do consumidor, desenvolverá convênios visando a:

- I - Organizar campanhas educacionais;
- II - Realizar ações conjuntas de controle de qualidade e origem legal dos produtos comercializados;
- III - Prestar assistência e orientação jurídica integral e gratuita ao consumidor.

Art. 177. Na coibição dos abusos contra o direito do consumidor e do usuário de serviços públicos, o Município, entre outras medidas, utilizará os seguintes instrumentos, na forma da lei:

- I - Cancelamento de licença de localização, instalação e funcionamento para as pessoas jurídicas;
- II - Cassação de licença de comércio ambulante ou eventual;
- III - Punição administrativa para os chefes de repartição da administração direta, para os dirigentes de fundações municipais, sociedade de economia mista e empresas públicas.

Art. 178. O Município buscará assegurar, em convênio com o Estado e a União, às pessoas portadoras de deficiência o direito:



I - À assistência para habilitação e reabilitação, incluindo equipamentos e instrumentos para utilização intra-hospitalar e extra-hospitalar, orteses, próteses, bolsas coletoras e medicamentos;

II - Ao transplante de órgãos.

Art. 179. O Município garantirá, com vista a facilitar a locomoção de pessoas portadoras de deficiência, rebaixamentos, rampas e outros meios adequados de acesso em logradouros, edificações em geral e demais locais de uso público.

Art. 180. O Município promoverá a formação de recursos humanos especializados em todos os níveis para atendimento em suas unidades de saúde para pessoas portadoras de deficiência, incluindo o tratamento integral da pessoa ostomizada.

Art. 181. Cumpre ao município incentivar o setor empresarial a manter creches e pré-escolas para os filhos dos trabalhadores, desde o nascimento até aos seis anos de idade.

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 182. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, baseada na Justiça social, na democracia e no respeito aos Direitos Humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, será promovida e incentivada pelo Município, com colaboração da União, do Estado e da Sociedade, visando ao desenvolvimento da pessoa e sua participação política na vida em sociedade, tornando-a capaz de refletir criticamente sobre a realidade e qualificando-a para o trabalho, assegurando-lhe:

I - A formação básica a que todos têm direito;

II - A orientação para o trabalho.

Art. 183. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, cabendo ao município a adoção de medidas e mecanismos capazes de torná-la efetiva;

II - Liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento, a cultura, a arte, o desporto, e o saber, vedada qualquer discriminação;

III - Pluralismo de idéias, princípios ideológicos e concepções pedagógicas;

IV - Gratuidade do ensino público para todos os estabelecimentos oficiais;

V - Valorização dos profissionais de educação, garantido, na forma da Lei, planos de carreira para o magistério público e demais profissionais envolvidos no processo educacional, com piso salarial profissional compatível com a responsabilidade pela instrução e formação educacional da criança e do adolescente e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI - Gestão democrática do ensino público, em todos os níveis da administração, na forma da Lei;

VII - Garantia de padrão de qualidade mediante:

a) Salários condignos para profissionais de educação;

b) Material e equipamentos escolares modernos e eficientes;

c) Estabelecimento de mecanismos que otimizem a produtividade dos profissionais de educação;

d) Reciclagem periódica com vista à capacitação permanente dos profissionais de educação;

e) Medidas que garantam o cumprimento da carga horária estabelecida;

f) Nível de excelência de formação;

g) Segurança do ambiente escolar;



h) Avaliações periódicas, no mínimo semestrais, da evolução das práticas pedagógicas, no âmbito de cada unidade da rede municipal de ensino público, e divulgação dos seus resultados;

i) Assistência especial aos alunos com dificuldades que impeçam o seu rendimento no nível da média de sua série escolar ou de sua faixa etária;

VIII - Educação igualitária, eliminando estereótipos sexistas, racistas e sociais das aulas, cursos, livros didáticos ou de leitura complementar em manuais escolares.

SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Art. 184. O Município incumbir-se-á de:

I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado;

II - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - Oferecer a educação infantil, em creches e pré-escolas, e com prioridade, o ensino fundamental, permitida à progressiva atuação em outros níveis mais elevados de ensino somente quando a demanda do ensino fundamental e pré-escolar estiver plena e satisfatoriamente atendida, do ponto de vista qualitativo e quantitativo e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único - O Município poderá optar, ainda, por se integrar ao sistema Estadual de Ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 185. O dever do Município será efetivado, assegurando:

I - Ensino público fundamental, obrigatório e gratuito para todos, com o estabelecimento progressivo do turno único de oito horas;

II - Oferta obrigatória e gratuita do ensino fundamental, garantindo:

a) Acesso à escola, aos que não puderam freqüentá-la na idade própria;

b) Ensino regular noturno adequado às condições do educando e para aqueles que, por motivo de trabalho, sejam impossibilitados de freqüentar escolas nos horários regulares diurnos;

c) Horário especial para o ensino ao menor trabalhador;

d) Acesso à escola para os adultos que não a freqüentaram na idade apropriada.

III - Atendimento obrigatório, gratuito e especializado, em creches às crianças de até três anos, em horário integral, e, em pré-escolas, às crianças de quatro a seis anos, mediante atendimento de suas necessidades biopsicossociais segundo seus diferentes níveis de desenvolvimento;

IV - Atendimento de crianças em creches, pré-escolas e escolas de 1º Grau, através de programas suplementares de alimentação, inclusive no período de férias, e assistência à saúde;

V - Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar e transporte;

VI - Atendimento especializado aos alunos superdotados, a ser implantado na forma da lei;

VII - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, por equipe multidisciplinar de educação especial, mediante:

a) Matrícula em escola da rede municipal mais próxima de sua residência, em turmas comuns, ou quando especiais, segundo critérios determinados para cada tipo de deficiência, na forma da Lei;

b) Integração, sempre que possível, nas atividades comuns da escola;



c) Oferta de equipamentos, recursos humanos e materiais nas escolas municipais, adequando-os, sempre, ao tipo de deficiência.

VIII - Liberdade de organização dos alunos, professores e demais servidores da rede municipal de ensino público, sendo facultada a utilização das instalações das unidades que a integram pelas instituições da comunidade, na forma da Lei;

IX - Ampliação, conservação e melhoria da rede física de ensino;

X - Atualização dos profissionais de educação, mediante:

a) Criação de centros de estudo para professores e especialistas;

b) Destinação de recursos para participação em cursos, congressos e atividades congêneres;

c) Fixação de período sabático para fins de aperfeiçoamento profissional.

XI - Eleição direta para direção das unidades da rede municipal de ensino público, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, na forma da lei, realizada bianualmente;

XII - Instituição, na forma da lei, em caráter experimental ou suplementar, de programas de ensino de 2º Grau; de técnicas e artes industriais, comerciais e de serviços; de formação de professores de ensino de 3º Grau;

XIII - Criação de Escola-Pólo objetivando a progressiva implantação do curso médio, seguimento do fundamental;

XIV - Aplicação de mecanismos, para zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência dos educandos à escola;

XV - Oferecimento em regime de suplência, do ensino fundamental, aos que não o fizeram em idade própria, segundo pesquisa e escolha da Secretaria Municipal de Educação de melhor adequação à clientela.

§ 1º. O Município deverá criar mecanismos de intercâmbios ou convênios com instituições de ensino especial, adequado a cada tipo de deficiência, quando por insuficiência de recursos próprios não puder atendê-lo em sua rede oficial;

§ 2º. O ensino regular noturno, referido no inciso II, "b" deste artigo, será ministrado com carga horária compatível com a necessidade de se manter padrão idêntico ao de ensino diurno.

~~Art. 186. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 35%(trinta e cinco por cento) da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.~~

Art. 186. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25%(vinte e cinco por cento) da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. *(Nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica nº 005 de 27/12/2007)*

§ 1º. Os recursos municipais destinados à educação serão dirigidos, exclusivamente, para a rede pública, assegurando prioridade ao ensino obrigatório;

§ 2º. Na organização do sistema municipal de ensino serão considerados profissionais do magistério público os professores e os especialistas em educação com habilitação específica para a área de atuação.

SEÇÃO III DO PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO E SEUS CONTEÚDOS

Art. 187. A Lei estabelecerá o plano municipal de educação, de duração plurianual, e em consonância com os planos nacional e estadual de educação, visando à articulação e à integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzam a:

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;



III - Melhoria da qualidade de ensino;

IV - Orientação para o trabalho;

V - Promoção humanística, cultural e artística, científica e tecnológica.

§ 1º. O ano letivo na rede municipal de ensino público terá, no mínimo, a duração fixada na legislação federal;

§ 2º. Não serão considerados dias letivos do período mínimo a que tem direito o aluno aqueles em que não houver aula para a turma em que ele estiver matriculado.

Art. 188. Nas turmas do segundo segmento do 1º Grau da rede municipal de ensino público, é obrigatória a inclusão de atividades de informação e iniciação profissionais, respeitando-se as características sócio-econômicas e culturais do Município e a carga curricular oficial.

Art. 189. O Conselho Municipal de Educação fixará conteúdos mínimos para o ensino fundamental, em complementação àqueles fixados pela lei de diretrizes e bases da educação nacional, assegurando a informação e a formação plena do educando e respeitados os valores culturais e artísticos regionais, nacionais e latino-americanos.

§ 1º. Os currículos escolares serão elaborados por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação, com participação de representação dos professores, dos pais e dos alunos, e aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º. A educação e a conscientização ecológica integrarão os currículos das escolas de primeiro grau do Município.

§ 3º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

SEÇÃO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 190. O Município garantirá assistência médica à criança e ao adolescente inscritos na rede pública de ensino, através da criação do cartão de visita médico-odontológico, em que constem acompanhamento oftalmológico, otorrinolaringológico, odontológico, biopsicológico e fonoaudiológico, atualizado a cada ano.

Art. 191. O município manterá sistema de bibliotecas escolares na rede de ensino público e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, na forma da lei.

Parágrafo Único - As bibliotecas referidas neste artigo serão dirigidas por profissionais de biblioteconomia e/ou supervisionadas por tal ou tais profissionais.

Art. 192. Nenhuma escola pública ou privada será autorizada a funcionar sem área destinada à biblioteca.

CAPÍTULO VI DA CULTURA

Art. 193. O Município estimulará a produção, a valorização e a difusão da cultura em suas múltiplas manifestações.

Art. 194. Constituem direitos garantidos pelo Município na área cultural:

I - A liberdade na criação e expressão artística;

II - O acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade;

III - O acesso a todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas e das regionais às universais;

IV - O apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;



V - O apoio e incentivo ao intercâmbio cultural com outros países, com outros Estados e com municípios fluminenses;

VI - O acesso ao Patrimônio cultural do Município;

Art. 195. Para efeito de cumprimento dos incisos I, II, III e VI do artigo anterior, o município manterá quadro permanente de animadores culturais.

Parágrafo Único. A função da animação cultural compreende o desenvolvimento de trabalhos culturais ligados à comunidade, grupos sociais específicos, associações de moradores, praças, escolas, clubes e blocos carnavalescos, mantendo o vínculo funcional com o Departamento de Cultura.

Art. 196. Cabe ao Poder Executivo a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta.

Art. 197. A biblioteca municipal desempenhará a função de centro cultural na localidade e terá por atribuição orientar, estimular e promover atividades culturais e artísticas.

Art. 198. Os Poderes Municipais, com a colaboração da comunidade, protegerão o patrimônio cultural por meio de inventários, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º. Os proprietários de bens tombados pelo Município receberão, nos termos da Lei, incentivo para preservá-los e conservá-los.

§ 2º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 3º. As instituições públicas municipais ocuparão, opcionalmente, prédios tombados, desde que não haja ofensa à sua preservação.

Art. 199. O Município manterá:

I - Cadastro específico de empresas de produção cultural e de grupos teatrais ambulantes e amadores, com a finalidade de certificar a habilitação e a utilidade das empresas na animação cultural do público, cabendo as mesmas medidas aos profissionais liberais assim habilitados.

II - Cadastro atualizado e organizado, sob orientação técnica, do patrimônio histórico e do acervo cultural público e privado.

§ 1º. As empresas e grupos cadastrados na forma deste artigo terão garantia para apresentação de seus espetáculos em locais públicos, na forma da lei;

§ 2º. O plano diretor incluirá a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 200. O Poder Público manterá mecanismos institucionais, na forma da lei, e garantirá incentivos materiais e fiscais para consolidação, desenvolvimento e ampliação da posição que o município detém na produção de filmes cinematográficos de enredo e documentários e na produção de vídeos.

Art. 201. Constituem obrigações do Município:

I - Promover a consolidação da produção teatral, fonográfica, literária, musical, de dança, circense, de artes plásticas, de som e imagem e outras manifestações culturais, criando condições que viabilizem a sua continuidade;

II - Aplicar recursos no atendimento e incentivo à produção local e proporcionar acesso à cultura de forma ativa e criativa;

III - Preservar a criação cultural do Município de todos os gêneros, através do depósito legal de suas produções em suas instituições culturais, na forma da lei, resguardados os direitos autorais e conexos;

IV - Propiciar o acesso às obras de arte, com mostras e formas congêneres de exposição, em locais públicos;

V - Estimular aquisição de bens culturais para garantir a sua permanência no Município;

VI - Criar e manter espaços culturais de múltiplos usos, devidamente equipados e acessíveis à população;



VII - Resgatar, incentivar e promover manifestações culturais de caráter popular das mais diferentes origens;

VIII - Incentivar a instalação e manutenção da biblioteca.

Art. 202. Todas as publicações circulantes no município, de caráter informativo, jornalístico ou com outros conteúdos, serão cedidas pelos responsáveis das referidas edições ao acervo da Biblioteca Municipal.

Art. 203. É vedada a extinção de qualquer espaço sem que seja ouvida a comunidade local e sem a criação de espaço equivalente.

Art. 204. É garantida a preservação das Feirartes nos seus respectivos espaços físicos, com pólos divulgadores da cultura popular, de acordo com o estabelecido em lei.

Art. 205. Integram o patrimônio cultural do Município os bens móveis, imóveis, públicos ou privados, de natureza ou valor histórico, arquitetônico, arqueológico, ambiental, paisagístico, científico, artístico, etnográfico, documental ou qualquer outro existente no território municipal, cuja conservação e proteção sejam de interesse público.

CAPÍTULO VII DA SAÚDE E DA HIGIENE

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 206. A saúde é direito de todos e dever do município, assegurada mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem à redução e iluminação de risco de doenças e outros agravos e que garantam acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, para a sua promoção, prevenção, proteção e recuperação.

§ 1º. O dever do Município não exclui a responsabilidade do indivíduo, da família e de instituições e empresas que produzam riscos ou danos à saúde do cidadão ou da coletividade.

§ 2º. O direito da população à saúde compreende a fruição e utilização de serviços que:

I - Funcionem as vinte e quatro horas do dia, para atendimento de emergência, nas unidades hospitalares, e em turnos matutino, vespertino e noturno, nos centros municipais e postos de saúde e nas unidades de atendimento e cuidados primários de saúde;

II - Assegurem o acesso à consulta e atendimento diretamente por pessoal de saúde lotado na respectiva unidade, sem intermediação, na recepção, para tiragem ou orientação, de agentes de segurança do município, de corporações policiais ou de empresas privadas com as quais o município mantenha contrato ou convênio;

III - Não sonaguem, sob qualquer pretexto, ainda que fundado em razão relevante, o atendimento aos que dependem da assistência médico-hospitalar do Poder Público;

IV - Observem as prescrições constantes desta Seção e demais disposições pertinentes desta Lei Orgânica;

V - Assegurem aos idosos o direito de acompanhamento nas instalações hospitalares, nos casos de internações quando preciso for e, sempre, nos casos de consultas.

§ 3º. Constitui falta grave do servidor, de qualquer hierarquia, a violação ou a tolerância com o descumprimento do disposto no parágrafo anterior e seus incisos.

SEÇÃO II DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 207. As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, execução, fiscalização e controle.



Art. 208. Os serviços de saúde do Município são vinculados ao Sistema Único de Saúde, instituído pela legislação federal e mantido com recursos da União, do Estado e do Município.

§ 1º. O descumprimento pela União ou pelo Estado de encargos financeiros por estes assumidos para a manutenção do Sistema Único de Saúde desobriga o Município da prestação dos serviços que lhe cabem no âmbito do Sistema.

§ 2º. As instituições privadas poderão participar do sistema Único de Saúde do Município supletivamente, apenas em caráter eventual, obedecendo às diretrizes deste, mediante contrato de direito público, com parecer do Conselho Municipal de Saúde, observadas as seguintes condições:

I - Os contratos serão rescindíveis a qualquer tempo, unilateralmente, pelo Município;

II - Os ressarcimentos das despesas serão efetuados após rigoroso exame por uma comissão de médicos e farmacêuticos, cuja permanência nesta não poderá exceder a seis meses;

III - O tratamento aos pacientes será controlado por junta médica, que periodicamente elaborará relatório ao Conselho Municipal de Saúde, no qual poderá sugerir o descredenciamento da instituição privada prestadora eventual desses serviços e declarada sua inidoneidade para continuar a funcionar em tais atividades.

§ 3º. É vedada a nomeação ou designação para cargo de direção, função de chefia, assessoramento superior ou consultoria na área de saúde, de proprietário, sócio ou quem participe na direção, gerência ou administração de entidade ou instituição que mantenha contrato com o Sistema Único de Saúde ou por ela credenciado;

§ 4º. Os profissionais de saúde deverão ter efetivo exercício nos hospitais, centros de saúde ou em quaisquer órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive na ocupação das funções de direção ou chefia;

§ 5º. Os ocupantes de cargo de Psicólogo do Quadro de Pessoal Permanente do município terão exercício privativo na Secretaria Municipal de Saúde e desenvolverão suas atividades em pólos regionais, a que se vincularão as unidades em que atuarão.

§ 6º. Terão atenção prioritária nas atividades dos ocupantes do cargo de Psicólogo, nos pólos referidos neste artigo:

I - As unidades de atendimento médico-hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde;

II - As creches e unidades pré-escolares mantidas ou apoiadas pelo Órgão Municipal de Desenvolvimento Social;

III - As unidades da rede municipal de ensino público.

§ 7º. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde o planejamento e a coordenação das atividades dos profissionais referidos neste artigo, ouvidas as respectivas secretarias.

Art. 209. As Secretarias Municipais de Saúde e de Educação manterão programa conjunto de educação em saúde a ser desenvolvido, nas escolas, locais de trabalho e de moradia, por profissionais de ambas as secretarias.

Art. 210. As ações e serviços do Sistema Único de Saúde no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada de acordo com as seguintes diretrizes, dentre outras que a lei definir:

I - Descentralização político-administrativa, com direção única em cada nível, respeitada a autonomia municipal, garantindo-se os recursos necessários;

II - Atendimento integral, universal e igualitário, com acesso da população a todos os níveis do serviço, contemplando as ações de promoção, proteção e recuperação de saúde individual e coletiva, com prioridade para as atividades preventivas e de atendimento de emergência e urgência, sem prejuízo dos demais serviços assistências;

III - Integridade das ações e serviços de saúde, adequadas às diversas realidades epidemiológicas;

IV - Prestação, às pessoas assistidas, de informações sobre sua saúde e divulgação daquelas de interesse geral;



V - Definição do perfil epidemiológico e demográfico do Município e da necessidade de implantação, expansão e manutenção dos serviços de saúde, visando a garantir a municipalidade dos recursos;

VI - Elaboração e atualização periódicas do plano municipal de saúde em termos de prioridade, em consonância com o plano nacional de saúde e o plano estadual de saúde, com parecer do Conselho Municipal de Saúde;

VII - Proibição de qualquer tipo de cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde na rede pública e contratada.

Art. 211. É assegurada na área de saúde a liberdade de exercício profissional e de organização de serviços privados, na forma da lei, de acordo com os princípios da política nacional de saúde e parecer do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 212. Para credenciar a participação supletiva e eventual no Sistema Único de Saúde no município, as instituições privadas deverão comprovar:

I - Atividade mínima de cinco anos no setor de atendimento ao público;

II - Atestado de idoneidade financeira, passado por estabelecimento bancário;

III - Apresentação do corpo médico que serve na instituição, em relação em que constem:

a) Nome completo, especialidade, faculdade em que se formou e cursos realizados de cada integrante da instituição;

b) Declaração da potencialidade da instituição no campo da medicina clínica ou cirúrgica, indicando os equipamentos de que dispõe.

Art. 213. O Poder Público, após o parecer do Conselho Municipal de Saúde, poderá intervir nos serviços de saúde de natureza privada que descumprirem as diretrizes do Sistema Único de Saúde no Município ou os termos contratuais.

Art. 214. Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde do Município, originários do orçamento da União, da seguridade social do Estado e do Município, integrarão o Fundo Municipal de Saúde, além de outras fontes.

§ 1º. O Fundo Municipal de Saúde será administrado pelo Poder Executivo;

§ 2º. A aplicação dos recursos do fundo municipal de saúde será vinculada:

I - Ao perfil demográfico da região;

II - Ao perfil epidemiológico da população a ser atendida;

III - Às necessidades de implantação, manutenção e expansão dos serviços;

IV - Ao desempenho técnico, econômico e financeiro do período anterior.

§ 3º. É vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública.

§ 4º. É vedada a destinação de recursos públicos a instituições privadas, sob a forma de auxílio, subvenções, incentivos fiscais ou investimentos.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Art. 215. Ao Sistema Único de Saúde no Município compete, além de outras atribuições:

I - Desenvolver política de recursos humanos na área de saúde, garantindo a admissão através de aprovação prévia em concurso público, provas de títulos, capacitação técnica e reciclagem permanentes de acordo com as políticas nacional, estadual e municipal de saúde, buscando proporcionar sua adequação às necessidades específicas do Município;

II - Garantir aos profissionais da área de saúde, plano único de cargos e salários, estímulo ao regime de tempo integral e condições adequadas de trabalho em todos os níveis;



III - Prestar assistência social e atendimento de psicologia, fonoaudiologia, enfermagem, farmácia e de outras práticas de saúde que couberem;

IV - Criar e implantar sistema municipal público de sangue, componentes e derivados, para garantir a auto-suficiência do município no setor, assegurando a preservação da saúde do doador e do receptor de sangue, bem como a manutenção do laboratório e hemocentros regionais, integrados aos sistemas nacionais e estaduais de sangue, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

V - Participar de forma complementar ao Estado em todas as ações de saúde relacionadas com sangue humano ou seus componentes e derivados, de acordo com as diretrizes e normas do sistema nacional e estadual de sangue;

VI - Viabilizar a assistência odontológica de boa qualidade para atender à demanda da população;

VII - Observar o controle da fluoretação da água e implementação de ações odontológicas específicas ao alunado da rede municipal de ensino público;

VIII - Elaborar e atualizar o plano municipal de alimentação e nutrição, em termos de prioridades e estratégias regionais, em consonância com o plano nacional e estadual de alimentação e nutrição;

IX - Controlar, fiscalizar e inspecionar ambientes e estabelecimentos, procedimentos, produtos e substâncias que compõem os medicamentos, contraceptivos, imunobiológicos e alimentos, compreendido o controle de teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

X - Controlar, fiscalizar e inspecionar a comercialização de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes, agrotóxicos, biocidas, produtos agrícolas, drogas veterinárias, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, e outros insumos de interesse para a saúde;

XI - Manter laboratórios de referência de controle de qualidade ou convênios com os das redes federal, estadual e universidades;

XII - Participar da fiscalização das operações de produção, transporte, guarda e uso de substâncias, produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

XIII - Participar da fiscalização da segurança e da saúde do trabalhador para a prevenção de acidentes de trabalho em conjunto com os sindicatos e associações técnicas, mediante:

a) Informações aos trabalhadores a respeito de atividades que comportem riscos à saúde e dos métodos para seu controle;

b) Controle e fiscalização dos ambientes e processo de trabalho nos órgãos públicos e empresas públicas ou privadas, incluindo departamentos médicos;

c) Promoção regular de estudos e pesquisas em saúde de trabalho;

d) Notificação compulsória, pelos ambulatórios médicos dos órgãos ou empresas públicas e privadas, das doenças profissionais e acidentes do trabalho de risco iminente ou de onde tenha ocorrido grave dano à saúde do trabalhador;

e) Intervenção do Poder Público, através do Sistema Único de Saúde, no local de trabalho em caso de risco iminente ou onde tenha ocorrido grave dano à saúde do trabalhador;

f) Proibição de pedido de atestados de esterilização e do teste de gravidez para admissão e permanência no trabalho;

g) Direito de recusa do trabalho em ambiente sem controle adequado de riscos, assegurando a permanência no emprego, após parecer do Conselho Municipal de Saúde;

XIV - Estabelecer mecanismos de controle de higienização hospitalar e fiscalizar a utilização de coletores seletivos de lixo patológico em todos os estabelecimentos públicos ou privados;

XV - Prestar atendimento às crianças e aos adolescentes, independentemente da presença de responsáveis;

XVI - Prestar atendimento e implantar política de atendimento à saúde de portadores de deficiência, nos termos dos artigos 178 e 229, desta Lei Orgânica;

XVII - Implantar política de atenção à saúde mental;



XVIII - Formular política de prevenção integral do uso indevido de drogas, em harmonia com as iniciativas federal e estadual no setor;

XIX - Garantir a destinação de recursos materiais e humanos para a assistência às doenças crônicas e da terceira idade;

XX - Criar distritos regionais de saúde a serem regulamentados em lei;

XXI - Divulgar e fazer cumprir as normas federais que tornam obrigatória a notificação compulsória de doenças transmissíveis;

XXII - Propor convênios com universidades, fundações e outros órgãos técnicos formadores de conhecimentos, na área de saúde;

XXIII - Estabelecer e fiscalizar o cumprimento pelas casas de saúde das normas de licença para estabelecimento;

XXIV - Acompanhar e orientar as políticas públicas em tudo o que se relacionar com as condições de saúde e com a qualidade de vida da população;

XXV - Formular programa de recuperação nutricional específico para crianças e gestantes visando a criação de serviço de vigilância nutricional e à implementação de alimentação alternativa à população carente.

Parágrafo Único. Nos casos de comprovada gravidade, o médico que prestar o atendimento referido no inciso XV deste artigo providenciará a internação da criança ou do adolescente, ficando o serviço social da unidade médica responsável pela localização dos responsáveis para acompanhamento.

Art. 216. O Município manterá unidade e programas especializados de prevenção e tratamento de doenças infecto-contagiosas e parasitárias e de atendimento às pessoas portadoras dessas patologias, bem como promoverá a divulgação de informações sobre seus sintomas e formas de contaminação.

Parágrafo Único. O Município reservará dez por cento dos leitos da rede pública municipal de saúde para a internação de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas.

Art. 217. A assistência farmacêutica faz parte da assistência global à saúde, e as ações a ela correspondentes devem ser integradas ao Sistema Único de Saúde, ao qual cabe:

I - Garantir o acesso da população aos atendimentos básicos, através da elaboração e aplicação de lista padronizada dos medicamentos essenciais;

II - Estabelecer mecanismos de controle sobre postos de manipulação, dispensação e venda de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos destinados ao uso e consumo humano;

III - Prover a criação de programa suplementar que garanta fornecimento de medicação às pessoas portadoras de necessidades especiais, nos casos em que seu uso seja imprescindível à vida;

IV - Criar, na estrutura municipal de saúde, farmácia industrial para a produção de fármacos de manipulação simples.

§ 1º. O Município só adquirirá medicamentos e soros imunobiológicos co-produtos para a rede privada, quando a rede pública, prioritariamente, e a municipal ou a estadual, não estiverem capacitadas a fornecê-los.

§ 2º. Toda a informação ou publicidade veiculada por qualquer forma ou meio que induza o consumidor a atividades nocivas à saúde deverá incluir observação explícita de tais riscos, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal dos promotores ou fabricantes pela reparação de eventuais danos.

SEÇÃO IV DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE

Art. 218. A política de atenção à saúde mental formulada pelo Sistema Único de Saúde no município obedecerá aos seguintes princípios:

I - Rigoroso respeito aos direitos humanos dos usuários dos serviços de saúde mental;



II - Obrigatoriedade de que o diagnóstico psiquiátrico seja feito de acordo com padrões médicos aceitos internacionalmente;

III - Direito dos pacientes psiquiátricos, quando atendidos em regime de internação, de:

- a) Receber visitas em particular, regularmente;
- b) Receber e enviar correspondências, resguardado o sigilo;
- c) Portar ou receber os objetos essenciais à vida diária;
- d) Praticar sua religião ou crença;
- e) Privacidade;
- f) Comunicar-se com as pessoas que desejar;
- g) Acesso aos meios de comunicação disponíveis no local;

IV - Integração dos serviços de emergência em saúde mental aos serviços de emergência geral;

V - Ampla informação aos usuários, aos parentes e à sociedade organizada sobre os métodos de tratamento a serem utilizados;

VI - Tratamento aos pacientes psiquiátricos, através de serviços intermediários, como:

- a) Ambulatórios;
- b) Centros de convivência;
- c) Centros de atendimento psicossocial;
- d) Oficinas-protegidas;
- e) Lares-protegidos;
- f) Hospital-dia;
- g) Hospital-noite;
- h) Unidades psiquiátricas de hospital-geral.

VII - Garantia da destinação de recursos materiais e humanos para proteção e tratamento ao doente mental nos níveis ambulatorial e hospitalar com prioridade à atenção extra-hospitalar.

SEÇÃO V DA ASSISTÊNCIA À MULHER

Art. 219. O Município garantirá assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da vida através da implantação de política específica, assegurando:

I - Direito à auto-regulação da fertilidade como livre decisão da mulher, do homem ou do casal, tanto para exercer a procriação quanto para evitá-la;

II - Fornecimento de recursos educacionais, científicos e assistenciais, bem como acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, e informações sobre os resultados, indicações e contra-indicações, vedada qualquer forma coercitiva ou de indução por parte de instituições públicas ou privadas;

III - Assistência pré-nupcial, pré-natal, ao parto, ao puerpério, neo-natal e incentivo ao aleitamento, além de assistência clínico-ginecológica, com garantias especiais;

IV - Adoção de novas práticas de atendimento relativas ao direito de reprodução, considerando a experiência de instituições de defesa da saúde da mulher;

V - Ampla proteção à constituição da família em suas diversas fases, utilizando inclusive órgãos especializados para assistência nos períodos referidos no inciso III.

Art. 220. O Município fiscalizará, na forma da lei, o acesso da população aos produtos químicos e contraceptivos mecânicos, inibindo-se a comercialização e uso daqueles em fase de experimentação.



§ 1º. É vedada a distribuição à população de contraceptivos em fase de experimentação.

§ 2º. No caso de distribuição de contraceptivos de comprovada eficácia científica, esta se fará mediante receita médica, a qual ficará retida.

§ 3º. Os medicamentos terão tarja específica de restrição.

§ 4º. Os infratores do disposto neste artigo sujeitam-se às cominações legais.

Art. 221. O Município garantirá assistência à mulher, em caso de aborto provocado ou não, na forma da lei, como também em caso de violência sexual, asseguradas dependências especiais nos serviços garantidos direta ou indiretamente pelo Poder Público.

Art. 222. O Município instituirá centros de atendimento integral à mulher, nos quais lhe será prestada e à sua família assistência médica, psicológica e jurídica.

Parágrafo Único. O corpo funcional será composto preferencialmente por servidores do sexo feminino, com formação profissional específica, nos termos da lei.

Art. 223. O Município garantirá a criação e a manutenção de abrigos para acolhimento provisório de mulheres e seus dependentes, vítimas de violência, bem como auxílio para sua subsistência, vinculados aos Centros de Atendimento Integral à mulher, na forma da lei.

SEÇÃO VI DO CONTROLE E PREVENÇÃO DE CAUSAS DE PATOLOGIAS

Art. 224. O Município manterá, direta ou indiretamente, serviços de coleta e remoção de resíduos patológicos e combate a vetores, inclusive em áreas de ocupação irregular, encostas de morros e áreas passíveis de alagamento.

SEÇÃO VII DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 225. O Município estabelecerá medidas de proteção aos não fumantes, impondo restrições ao consumo de fumo em escolas, hospitais, transportes coletivos, repartições públicas, cinemas, teatros e outros locais ou estabelecimentos de frequência pública.

Art. 226. O Município instituirá mecanismos de controle e fiscalização adequados a coibir a imperícia, a negligência, a imprudência e a omissão de socorro nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares, especialmente naqueles que participem do Sistema Único de Saúde.

§ 1º. Os responsáveis por imperícia, negligência e omissão de socorro serão penalizados com multas pecuniárias.

§ 2º. Nos casos previstos neste artigo os estabelecimentos particulares ficam sujeitos à suspensão ou ao cancelamento de suas licenças de funcionamento.

Art. 227. As empresas privadas prestadoras de serviços de assistência médica, administradoras de plano de saúde, ressarcirão o município das despesas com atendimento dos segurados respectivos em unidades de saúde pertencentes ao Poder Público.

Parágrafo Único - O pagamento será de responsabilidade das empresas a que estejam associadas as pessoas atendidas em unidades de saúde do Município.

Art. 228. O Município criará e manterá centros de atendimento à pessoa portadora de deficiência provida de equipes especializadas.

Art. 229. O Município formulará e implantará política de prevenção das doenças ou condições que levam à deficiência.

Parágrafo Único. A política preventiva indicada neste artigo garantirá:

I - Coordenação e fiscalização de serviços e ações específicas de saúde;



II - Serviço de orientação à gestante.

Art. 230. O Município criará as condições necessárias à realização dos testes específicos gratuitos para detecção de deficiências, em tempo hábil, em todos os recém-nascidos.

Art. 231. O Poder público estimulará a formação de futuros doadores de sangue, mediante informação e conscientização dos jovens, a partir de dezoito anos, para sua responsabilidade de cidadãos em relação à comunidade.

Art. 232. O Prefeito Municipal convocará, anualmente, até o dia 30 de julho, a Conferência Municipal de Saúde, para avaliar a situação da saúde no Município e fixar diretrizes gerais da política sanitária e, de modo geral, para o setor.

CAPÍTULO VIII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 233. O Município dispensará proteção especial ao casamento e assegurará condições morais, físicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento, segurança e estabilidade da família.

§ 1º. Serão proporcionadas aos interessados todas as facilidades para a celebração do casamento.

§ 2º. A lei disporá sobre a assistência aos idosos, à maternidade e aos excepcionais, assegurada aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e entrada franca em todos os eventos culturais promovidos pelo Poder Público Municipal.

§ 3º. Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual disposta sobre a proteção à infância, a juventude e às pessoas portadoras de deficiência, garantindo-lhes o acesso a logradouros, edifícios públicos e veículos de transporte coletivo.

§ 4º. Para a execução do previsto neste artigo, serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - Amparo às famílias numerosas e sem recursos;

II - Ação contra os males que são instrumentos da dissolução da família;

III - Estímulo aos pais e às organizações sociais para formação moral, física e intelectual da juventude;

IV - Colaboração com as entidades assistenciais que visem à proteção e educação da criança;

V - Amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

VI - Colaboração com a União, com o Estado e com outros Municípios, para a solução do problema dos menores desamparados ou desajustados, através de processos adequados de permanente recuperação.

CAPÍTULO IX DO DESPORTO, LAZER E TURISMO

Art. 234. É dever do Município fomentar práticas desportivas, formais, e não formais como direito de cada um, observados:

I - A autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional, e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - O tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - A proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Parágrafo Único - O Poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.



Art. 235. Qualquer Entidade Desportiva poderá recorrer à Lei nº 8672/93, a fim de obter recursos financeiros para desenvolver suas atividades, desde que doe 20%(vinte por cento) de sua renda para a Ação Social do Município.

Art. 236. O Município assegurará o direito ao lazer e a utilização criativa do tempo destinado ao descanso, mediante oferta de área pública para fins de recreação, esportes e execução de programas culturais e projetos turísticos.

Parágrafo Único - O Poder Público, ao formular a política de esporte e lazer, considerará as características sócio-culturais das comunidades interessadas.

Art. 237. A Lei criará o Conselho Municipal de Turismo, na forma prevista no Título VII, dentro de 90(noventa) dias da promulgação desta Lei Orgânica, o qual ficará incumbido de elaborar o Plano Municipal de Turismo, orientado para as seguintes ações:

I - Preservação da Lagoa, urbanização e paisagismo de sua orla, principal Ponto Turístico do Município;

II - Criação de Pontos Turísticos e locais próprios ao desenvolvimento de eventos esportivos, culturais e artísticos;

III - Constituição de calendário de eventos, com divulgação a âmbito Municipal, Estadual e Nacional, promovendo o Município nos principais mercados Turísticos;

IV - Estímulo à criação de consórcios com entidades e Municípios, visando o desenvolvimento turístico da Região;

V - Destinação de Recursos Públicos à promoção do Turismo, principal fonte de divisas do Município.

CAPÍTULO X DO MEIO AMBIENTE

Art. 238. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. O Município, em articulação com o Estado e a União, observadas as disposições pertinentes do artigo 23 da Constituição da República, desenvolverá as ações necessárias ao atendimento previsto neste Capítulo.

§ 2º. Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público:

I - Criar mecanismos para a proteção e fiscalização do meio ambiente, estabelecendo penalidades contra os crimes ambientais;

II - Promover, juntamente com o Estado, com a União e Associações não Governamentais, a recuperação e restauração do patrimônio genético, biológico, ecológico, paisagístico, histórico e arquitetônico do Município;

III - Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade;

V - Estimular e promover o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos;

VI - Promover, respeitadas as competências do Estado e da União, o gerenciamento dos recursos hídricos do Município, considerando o sistema ambiental da Região dos Lagos;



VII - Controlar e fiscalizar a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e instalações que comprovem risco efetivo ou em potencial para a qualidade de vida e o meio ambiente;

VIII - Condicionar, na forma da lei, a implantação de instalações de atividades efetivas ou potencialidades causadoras de alterações significativas do meio ambiente, à elaboração de relatório de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IX - Criar mecanismos, junto a órgãos estaduais e federais, que possibilitem o conhecimento e a informação sistemática à população dos níveis de poluição, da qualidade do meio ambiente, das situações de risco de acidentes e da presença de substâncias potencialmente danosas à saúde na água potável e nos alimentos;

X - Acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais dadas pelo Estado e pela União para utilização no Território do Município;

XI - Implantar uma política setorial com vistas à coleta seletiva, transporte, tratamento e disposição final de resíduos urbanos, hospitalares, industriais, obrigatoriamente envolvendo os processos de reciclagem;

XII - Fiscalizar e controlar, na forma da lei, a utilização de áreas biologicamente ricas de manguezais, estuários e outros espaços de reprodução e crescimento das espécies silvestres, terrestres ou aquáticas em todas as atividades humanas capazes de comprometer estes ecossistemas;

XIII - Promover a associação entre os Municípios situados na Região dos Lagos de modo a discutir e executar projetos, atividades e soluções comuns quanto a questão ambiental, inclusive para edição de normas legais em padrões semelhantes;

XIV - Levantar e mapear o sistema hídrico Municipal, tornando-o, bem como suas margens, áreas de preservação permanente do Município, na forma da lei.

Art. 239. A utilização dos recursos naturais com fins econômicos corresponderá o pagamento da taxa correspondente aos custos necessários à fiscalização, à recuperação e manutenção dos padrões de qualidade ambiental, sujeitando-se, ainda, ao seguinte:

I - Obrigatória análise e aprovação pelo órgão específico da administração do Município e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente;

II - Apresentação do projeto técnico, elaborado por firma ou profissional capaz e idônea;

Art. 240. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Art. 241. O Município promoverá, com a participação do Estado e das comunidades interessadas, o zoneamento ambiental de seu território.

§ 1º. A implantação de áreas ou pólos industriais, bem como as transformações do uso do solo, dependerá de estudos de impacto ambiental e do correspondente licenciamento.

§ 2º. As construções e edificações a que se refere o parágrafo anterior, localizadas na orla da lagoa de Araruama, ficam obrigadas a garantir o livre acesso às praias.

§ 3º. Os registros dos projetos de loteamento, hotel, grupamento de edificações unifamiliares e multifamiliares, marinas e clubes dependerão de prévio licenciamento, na forma da legislação de proteção ambiental.

§ 4º. Qualquer interferência nos corpos d'água dependerá de prévia análise do projeto pelos órgãos competentes, na forma da lei.

§ 5º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente, a ser criado na forma desta Lei Orgânica, deverá ser consultado sobre a implantação de projetos em áreas de relevante interesse ecológico, ou limítrofes àquelas de preservação permanente e quando se tratar de projetos de grande porte ou que envolvam suspeita de danos ao meio ambiente.

§ 6º. A desativação, a ampliação e a abertura de novas salinas dependem de prévio licenciamento dos órgãos competentes, na forma da legislação de proteção ambiental.



§ 7º. Os proprietários rurais são obrigados, na forma da lei, a preservar e recuperar com espécies nativas suas propriedades, no que se refere às áreas de preservação permanente e aquelas de relevante interesse ecológico.

Art. 242. São áreas de preservação permanente:

I - O espelho d'água dos lagos, lagoas e lagoas e a vegetação existente em suas margens, na forma da lei;

II - As praias;

III - As nascentes, o leito e as faixas marginais de proteção de águas superficiais;

IV - As áreas que abriguem exemplares ameaçados de extinção, raros, vulneráveis ou menos conhecidos na fauna e flora, bem como aqueles que sirvam como local de pouso, alimentação ou reprodução;

V - As áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural;

VI - As falésias e as encostas das colinas localizadas as margens da lagoa e sua respectiva vegetação.

Art. 243. São áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais:

I - Aquelas com coberturas florestais nativas;

II - A faixa marginal de proteção da Lagoa de Araruama;

III - A Lagoa de Araruama;

IV - As áreas em torno das Serras de Sapeatiba e Sapeatiba Mirim, que pertençam ao Município;

V - As ilhas da Lagoa de Araruama.

Art. 244. A iniciativa do Poder Público de criação de unidades de conservação, com a finalidade de preservar a integridade de exemplares dos ecossistemas, será imediatamente seguida dos procedimentos necessários à regularização fundiária, demarcações, implantação de estrutura de fiscalização adequada.

Art. 245. O Poder Público poderá estabelecer restrições administrativas ao uso de áreas privadas, para fins de proteção de ecossistemas.

Parágrafo Único - As restrições administrativas de uso, a que se refere este artigo, deverão ser averbadas no registro imobiliário, no prazo máximo de um ano, a contar de seu estabelecimento.

Art. 246. É vedada a privatização do entorno da Lagoa de Araruama, segundo preceitos das leis federais e estaduais pertinentes ao assunto.

Art. 247. A implantação e a operação de atividades, efetiva ou potencialmente poluidoras, dependerão da adoção das melhores tecnologias de controle para proteção do meio ambiente, na forma da lei.

§ 1º. Fica vedada a implantação de sistemas de coleta conjunta de águas pluviais e esgotos domésticos ou industriais.

§ 2º. As atividades poluidoras deverão dispor de bacias de contenção para águas de drenagem, na forma da lei.

Art. 248. É vedada a disposição de lixo à margem de rios, lagos, lagoas, manguezais e mananciais.

Art. 249. A ocupação, quando possível, de áreas brejosas e de seu entorno dependerá de implantação de melhor sistema de drenagem a ser analisado pelo órgão competente, na forma da lei.

CAPÍTULO XI DA POLÍTICA AGRÁRIA

Art. 250. A política agrária do Município será orientada no sentido de promover o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza, mediante práticas científicas e tecnológicas, propiciando a justiça



social e a manutenção do homem no campo, pela garantia às comunidades do acesso à formação profissional, educação, cultura, lazer e infra-estrutura.

Parágrafo Único - O órgão formulador do desenvolvimento geral das atividades agrárias do Município será o Conselho Municipal de Política Agrícola e Pesqueira, constituído na forma da lei, em cuja composição é garantida a ampla participação dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas.

Art. 251. Cabe ao Executivo Municipal, com o apoio do Conselho Municipal de Política Agrícola e Pesqueira, promover:

I - A identificação, delimitação e arrecadação de áreas devolutas, incorporando-as ao patrimônio imobiliário do Município e divulgando amplamente seus resultados;

II - Levantamento de terras ociosas e inadequadamente aproveitadas;

III - Cadastramento de áreas de conflito pela posse da terra e adoção de providências que garantam solução dos impasses;

IV - Levantamento de áreas agrícolas ocupadas por posseiros, apoiando-os, no caso de indivíduos ou famílias que trabalham diretamente a gleba promovendo-se ações de proteção, legitimação e reconhecimento da posse e da propriedade da terra, inclusive das ações de usucapião especial;

V - Realização do cadastro geral das propriedades rurais do Município com indicação do uso do solo, produção, cultura agrícola e desenvolvimento científico e tecnológico das unidades de produção;

VI - Regularização fundiária dos projetos de assentamento de lavradores em áreas de domínio público;

VII - Convênios com entidades públicas federais e estaduais, e entidades privadas para implementação dos planos e projetos especiais de reforma agrária;

VIII - Viabilizar a utilização de recursos humanos, técnicos e financeiros destinados à implementação de planos e projetos especiais de assentamentos nas áreas agrícolas;

IX - Desapropriação de áreas rurais para assentamento e implementação de fazendas experimentais;

X - Levantamento das terras agricultáveis próximas às áreas urbanas e adoção de medidas com o objetivo de preservá-las dos efeitos prejudiciais da expansão urbana;

XI - Obras de infra-estrutura econômica e social para consolidação dos assentamentos rurais e projetos especiais de reforma agrária.

Parágrafo Único. O conselho Municipal de Política Agrícola e Pesqueira encaminhará seus estudos e conclusões ao Poder Executivo, incumbindo à Procuradoria da Prefeitura Municipal, juntamente com o órgão técnico competente e as entidades representativas das comunidades urbanas e rurais, os trabalhos de identificação de terras devolutas e promoção, nas instâncias administrativas e judiciais, e sua discriminação para assentamentos humanos, urbanos ou rurais, conforme seja a vocação das terras discriminadas, excluídas as comprovadamente necessárias à formação e preservação de reservas biológicas, florestais e ecológicas.

Art. 252. Além das normas contidas nesta Lei Orgânica aplicam-se para solução das questões agrárias no Município, no que couber, os preceitos contidos na Constituição da República, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na legislação agrária vigente.

CAPÍTULO XII DA POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 253. Na elaboração e execução da política agrícola, o Município garantirá a efetiva participação dos diversos setores da produção, especialmente dos produtores e trabalhadores rurais, através de suas representações sindicais e organizações similares, inclusive na elaboração de planos plurianuais de desenvolvimento agrícola de safras e operativos anuais.



Art. 254. As ações de apoio à produção, dos órgãos oficiais, somente atenderão aos estabelecimentos agrícolas que cumpram a função social das propriedades, segundo define o artigo 216 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 255. Cabe ao Conselho Municipal de Política Agrícola e Pesqueira, na forma da lei, elaborar o Plano Agrícola Municipal, com vistas à implementação da política de prioridade à pequena produção e ao abastecimento alimentar através de sistema de comercialização direta entre produtores e consumidores.

Art. 256. Será criado o Mercado do Produtor, garantindo o Poder Público Municipal a comercialização da produção agropecuária e o apoio aos pequenos produtores rurais.

Art. 257. O Município deve criar e manter infra-estrutura rural, de educação, saúde, transporte e lazer, garantindo as condições mínimas de fixação do homem no campo.

Art. 258. Além das normas contidas nesta Lei Orgânica, aplicam-se para soluções das questões agrícolas do Município, no que couberem, os preceitos contidos na Constituição da República e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 259. O Município garantirá qualidade dos produtos de origem animal, criando leis específicas para o abate, o processamento e a comercialização, promovendo a fiscalização sanitária municipal, em acordo com as legislações estaduais e federais vigentes.

Art. 260. O Município manterá incentivo e controle das principais doenças de caráter econômico e responsáveis por zoonoses, tais como combate a febre aftosa, carbúnculo, brucelose, anemia infecciosa e raiva canina que devem ser definidos em lei complementar, através de convênio com o Estado para consecução das medidas.

Art. 261. O Município manterá barreira de fiscalização sanitária a fim de controlar e impedir o ingresso, no território municipal, de animais e vegetais contaminados por pragas e doenças.

Art. 262. O Município garantirá a qualidade dos produtos agrícolas comercializados, promovendo a fiscalização em todo o comércio local com ênfase para controle de resíduos de agrotóxicos e conservação dos produtos industrializados.

Art. 263. O Município apoiará o Estado, visando o controle e fiscalização da produção, comercialização, armazenamento, transporte interno e uso de agrotóxicos, conforme definido no inciso II do artigo 255 da Constituição Estadual, ficando os infratores sujeitos a cassação do Alvará.

Art. 264. O Poder Público Municipal desenvolverá programas de irrigação e drenagem, eletrificação rural, produção e distribuição de mudas e sementes, indústria rural, bem como, reflorestamento ecológico e melhoramento de rebanhos.

Art. 265. O Município criará mecanismos de caráter orientador e fiscal para o controle da produção agropecuária, exigindo nota fiscal para circulação de produtos agropecuários, através de convênios com a Secretaria Estadual de Fazenda para consecução das medidas.

Art. 266. O plano de zoneamento urbano e rural será feito num prazo de vinte e quatro meses a partir da aprovação desta Lei Orgânica e terá que preservar as áreas agrícolas produtivas e as áreas de proteção ambiental, para tal deverá ser ouvidos o Conselho de Política Agrícola e Pesqueira e os diversos órgãos ligados a agropecuária e ao meio ambiente, ficando garantida a participação destes na aprovação do referido plano.

Art. 267. Caberá ao Município atuar na fiscalização das criações irregulares nas zonas rural e urbana, promovendo a apreensão e determinando as sanções legais para coibir estas irregularidades.

CAPÍTULO XIII DA POLÍTICA PESQUEIRA

Art. 268. O Município elaborará política específica para o setor pesqueiro, enfatizando sua função de abastecimento alimentar, promovendo o seu desenvolvimento e ordenamento, incentivando a pesca artesanal e agricultura, através de programas específicos de crédito, rede pública de entrepostos, pesquisa, assistência técnica e extensão pesqueira e estimulando a comercialização direta aos consumidores.



§ 1º. Na elaboração da política pesqueira, o Município garantirá a efetiva participação dos pequenos piscicultores e pescadores artesanais e profissionais, através de suas representações sindicais, cooperativas e organizações similares.

§ 2º. Entende-se por pesca artesanal a exercida por pescador que tire da pesca o seu sustento, segundo a classificação do órgão competente.

§ 3º. Incumbe ao Município criar mecanismos de proteção e preservação das áreas ocupadas pelas comunidades de pescadores.

Art. 269. A fiscalização técnica da pesca obedecerá às leis, regulamentos, portarias e instruções editados pela União e o Estado e será exercida, em território do Município, por funcionários municipais, mediante convênios a serem firmados com os órgãos competentes.

Art. 270. Os pescadores poderão organizar suas cooperativas e associações, na forma da lei e do Título VII desta Lei Orgânica.

Art. 271. É obrigatório o registro dos pescadores profissionais, das empresas de pesca, fábricas de conservas e subprodutos do pescado, bem como do comércio do peixe fresco.

§ 1º. As condições exigidas para o registro constarão de instruções a serem baixadas pela Colônia de pescadores, garantida prioridade para o pescador da pesca artesanal.

§ 2º. Aos infratores das exigências contidas neste artigo será aplicada multa e cassada a licença de funcionamento até seu cumprimento.

Art. 272. A lei regulará a pesca interior e as épocas em que será praticada, bem como definirá os aparelhos e artes-de-pesca cuja utilização será proibida.

Art. 273. A lei estabelecerá a criação do entreposto de pesca, objetivando a concentração do pescado, destinado ao consumo local e exportação.

Parágrafo Único - As vendas de pescado no entreposto só poderão ser realizadas:

- a) Por pescadores, devidamente legalizados e no pleno exercício da profissão;
- b) Por amadores de pesca;
- c) Por empresas, sociedades ou companhias de pesca;
- d) Por associações de pescadores, organizadas de acordo com esta Lei Orgânica e com a legislação em vigor.

Art. 274. O Poder Público promoverá os meios defensivos para evitar a pesca predatória e que permita a conservação da fauna da Lagoa de Araruama, seja facilitando a passagem dos peixes pelos canais naturais, seja instalando e conservando estações de piscicultura e criadouros.

Art. 275. A lei criará a Escola Técnica Municipal de Pesca ou equivalente, com vistas ao aprimoramento das técnicas pesqueiras e o aperfeiçoamento dos meios de proteção à fauna ictiológica da destruição irresponsável.

Art. 276. Além das normas contidas nesta Lei Orgânica, aplicam-se para a solução das questões pesqueiras no Município, no que couber, os preceitos contidos na legislação pertinente e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

TÍTULO VII DA COLABORAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 277. Além da participação dos cidadãos, nos casos previstos nesta Lei Orgânica, será admitida e estimulada a colaboração popular em todos os campos de atuação do Poder Público.



Parágrafo Único. O disposto neste Título tem fundamento no artigo 5º, incisos XVII e XVIII, artigo 29, incisos XII e XIII, artigo 174, § 2º, e artigo 194, inciso VII, entre outros, da Constituição da República.

Art. 278. São organismos de colaboração popular com o Poder Público os Conselhos Municipais, as fundações e associações privadas que realizem, sem fins lucrativos, função de utilidade pública.

Art. 279. As fundações e associações a que se refere este Título terão precedência na destinação de subvenções e transferências à conta do orçamento municipal ou de outros auxílios de qualquer natureza por parte do Poder Público, ficando, quando os recebem, sujeitos à prestação de contas.

CAPÍTULO II DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 280. Os conselhos Municipais terão por finalidade auxiliar a administração municipal na análise, no planejamento e nas decisões de sua competência, nos seguintes setores, entre outros:

- I - Política agrícola e pesqueira;
- II - Turismo;
- III - Educação e cultura;
- IV - Saúde e bem-estar social;
- V - Segurança pública;
- VI - Transportes;
- VII - Lazer e desportos;
- VIII - Meio ambiente;
- IX - Desenvolvimento urbano;
- X - Água e energia elétrica;
- XI - Informática;
- XII - Proteção e defesa do consumidor;
- XIII - Da criança e do adolescente.

Art. 281. A lei criará os Conselhos Municipais assegurando sua autonomia e definindo, em cada caso, suas atribuições, organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de seus membros, titulares e suplentes, e prazo dos respectivos mandatos, observado o seguinte:

I - Composição, no âmbito do Poder Executivo, que proverá os meios de seu funcionamento, assegurada, quando for o caso, a representatividade da administração municipal, de entidades públicas e de entidades associativas ou classistas, facultada, ainda, a participação de pessoas de notório saber na matéria de competência de cada Conselho;

II - Constituição, dentro de cada conselho, da Câmara técnica e da Câmara comunitária, a fim de garantir equilíbrio entre os pareceres técnicos e os anseios da comunidade, nos assuntos de sua alçada;

III - Dever, dos órgãos e entidades da administração municipal, de prestar informações técnicas e de fornecer os documentos administrativos que lhes forem solicitados.

§ 1º. Os Conselhos Municipais deliberarão por maioria de votos dos membros presentes, incumbindo-lhes publicar os respectivos atos no órgão oficial;

§ 2º. A participação nos Conselhos Municipais será gratuita e constituirá serviço público relevante.

CAPÍTULO III DAS ASSOCIAÇÕES



Art. 282. A população do município poderá organizar-se em Associações, observadas as disposições da Constituição da República e da constituição do Estado do Rio de Janeiro, desta Lei Orgânica, da legislação aplicável e de estatuto próprio, que, além de fixar os objetivos da atividade associativa, estabeleça, entre outras vedações, as seguintes:

- a) De atividade político-partidária;
- b) De participação de pessoa residente ou domiciliada fora do Município, ou ocupante de cargos de confiança da administração municipal;
- c) De discriminação a qualquer título.

§ 1º. Nos termos deste artigo, poderão ser criadas associações com os seguintes objetivos, entre outros:

I - Proteção e assistência à criança, ao adolescente, aos desempregados, aos portadores de deficiência, aos pobres, aos idosos, à mulher, à gestante, aos doentes e ao presidiário;

II - Representação dos interesses dos moradores de bairros e de distritos, de consumidores, de donas-de-casa, de pais de alunos, de alunos, de professores e de contribuintes;

III - Colaboração com a educação e a saúde;

IV - Proteção e desenvolvimento da cultura, das artes, do esporte e do lazer.

§ 2º. O Poder Público incentivará a organização de associações com objetivos diversos do previsto no parágrafo anterior, sempre que o interesse social e o da administração convergirem para a colaboração comunitária e a participação popular na formulação das políticas públicas.

CAPÍTULO IV DAS COOPERATIVAS

Art. 283. Respeitado o disposto na Constituição da República e do Estado do Rio de Janeiro, desta Lei Orgânica e da legislação aplicável, poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores:

- I - Agricultura, pecuária e pesca;
- II - Construção de moradias;
- III - Abastecimento urbano e rural;
- IV - Crédito;
- V - Assistência judiciária;
- VI - Transportes.

Parágrafo Único. Aplica-se às cooperativas, no que couber, o previsto no §2º, do artigo anterior.

Art. 284. O Poder Público estabelecerá programas de apoio à iniciativa popular que objetive implementar a organização da comunidade local de acordo com as normas deste Título.

Art. 285. O Governo Municipal incentivará a colaboração popular para a organização de mutirões de colheita, de roçado, de plantio, de construções e outros, quando assim, o recomendar o interesse da comunidade diretamente beneficiada.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 286. Incumbe ao Município:

I - Escutar, permanentemente, a opinião pública; para isso, sempre que o interesse público não aconselhar o contrário, os Poderes Executivo e Legislativo divulgarão, com a devida antecedência, os projetos de lei para o recebimento de sugestões;



II - Adotar medidas para assegurar a celeridade na tramitação e solução dos expedientes administrativos, punindo, disciplinarmente, nos termos da lei, os servidores faltosos;

III - Facilitar, no interesse educacional do povo, a difusão de jornais e outras publicações periódicas, assim como das transmissões pelo rádio e pela televisão, até pela instalação no Município de uma antena parabólica comunitária;

IV - Proteger do desmatamento todas as áreas, pertencentes ao Município, que formam o complexo das Serras de Sapeatiba e Sapeatiba-Mirim, segundo a legislação vigente, fiscalizando e punindo os transgressores, devendo ser definido, em lei complementar, as sanções aos infratores;

V - Garantir o livre acesso da população rural aos poços de água potável nos locais onde seja difícil a ocorrência de poços com água de boa qualidade, devendo para isto fazer gestões junto ao proprietário do poço ou até desapropriando o local, quando o proprietário não permitir o livre acesso da população.

Art. 287. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio municipal.

Art. 288. O município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 289. Os cemitérios, no município, terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, e neles, aos devotos, de qualquer crença religiosa, será permitida a guarda de seus despojos fúnebres, autorizada, ainda, a todas as confissões religiosas, a prática de seus respectivos ritos.

Parágrafo Único. As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, fiscalizados, pelo Município.

Art. 290. Fica criada a banda municipal de música, cuja regulamentação, caberá ao Poder Executivo, que enviará, a Câmara Municipal, projeto versando sobre este fim, dentro de 6(seis)meses, a contar da promulgação desta Lei Orgânica.

Art. 291. O Poder Executivo, com a devida autorização Legislativa, adotará instrumentos para no prazo de 01(um) ano, contado da publicação da presente Lei Orgânica, regularizar a posse de ocupantes de terras municipais, cujas ocupações tenham ocorrido anteriormente à promulgação da aludida Lei Máxima do Município.

Parágrafo Único. O direito disposto no caput deste artigo fica garantido aos detentores de contrato de permissão de uso de terras Municipais, adquiridos até a data da promulgação desta Lei Orgânica, mesmo que elas não tenham sido ocupadas.

Art. 292. A Câmara Municipal compete fiscalizar empresas ou entidades, privadas, que recebam recursos públicos da União, Estado ou Município.

Parágrafo Único. Ficam estas obrigadas a prestar todas as informações solicitadas, bem como garantir franco acesso ao seu movimento financeiro e contábil.

Art. 293. Todo e qualquer projeto de loteamento e condomínio que se der entrada no município, postulando aprovação, terá, obrigatoriamente, que ser submetido ao plenário, do legislativo, para que, sobre a natureza ambiental e localização zonal deste projeto, se manifeste a Câmara.

Art. 294. O pagamento dos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo será feito até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

Art. 295. Fica instituída a Guarda Municipal, cuja Lei Complementar, que a regule, deverá ser sancionada dentro de 03(três) meses, contado da promulgação da presente Lei Orgânica, e estabelecerá, entre outros direitos, salários dignos para seu efetivo.

Art. 296. Para fins de efetivação, os atuais contratados por tempo determinado, de ambos os Poderes Municipais, farão jus a pontuações especiais, pelo tempo de serviço municipal.

Art. 297. Ficam consideradas nulas, de pleno direito, as permissões ou concessões de Serviço de Transporte Coletivo por ônibus, que não tenham sido precedidas de autorização Legislativa e de Edital de Chamamento dos Interessados, para escolha do melhor pretendente, e, ainda, sobre as quais não se tenha estabelecido contrato, ou, se atendido este último Requisito, não tenha sido ele precedido de Concorrência Pública.



Art. 298. Fica o Município de Iguaba Grande obrigado a cobrar o ISS, por serviços prestados, cabendo a mesma obrigatoriedade de pagá-lo a quem os efetuarem, tais como, entre outros:

- I - Abastecimento e distribuição de água;
- II - Tratamento de Esgoto;
- III - Fornecimento de energia elétrica;
- IV - Comunicações e Telecomunicações.

§ 1º. Aplica-se o disposto neste artigo, ainda, às concessionárias ou permissionárias, bem assim empresas privadas, que venham a construir estradas estaduais ou federais que passem dentro da área do Município.

§ 2º. O estabelecido neste artigo aplica-se também, às concessionárias ou permissionárias dos servidores públicos municipais, inclusive os de transportes coletivos de passageiros, mesmo os realizados por linhas intermunicipais.

Art. 299. O Município fiscalizará para que as verbas oriundas dos royalties do petróleo sejam aplicadas, preferencialmente, como dispõe a lei instituidora da participação, em energias, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento d'água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento básico.

Art. 300. A lei instituirá a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, órgão central do Sistema Municipal de Defesa Civil, a ser constituído, com a finalidade de atuar em conjunto com o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º. A Coordenadoria estabelecerá normas para a integração, planejamento e Organização, coordenação e supervisão da execução de medidas preventivas de socorro, assistenciais e de recuperação, considerando os efeitos produzidos por fatos adversos de qualquer natureza e nas situações de emergência ou de calamidade pública, bem como daquelas destinadas a preservar o moral de todo o território do Município.

§ 2º. O Sistema Municipal de Defesa Civil constitui o instrumento de conjugação de esforços de todos os órgãos governamentais com as entidades não governamentais ou privadas e com a comunidade em geral, para o planejamento e a execução das medidas previstas neste artigo.

Art. 301. O Município destinará recursos orçamentários para a instalação de hidrantes em locais determinados pelo corpo de Bombeiros.

Art. 302. O Poder Público cuidará para que sejam observadas a legislação estadual e demais normas legais relativas à segurança contra incêndio e pânico.

Art. 303. Esta Lei Orgânica poderá ser revista ainda na presente Legislatura, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara municipal e obedecidas as demais disposições contidas no seu artigo 59.

Art. 304. O Município concederá, às microempresas e empresas de pequeno porte, como tais definidas em Lei, Proteção Especial, conforme artigo 228, seus incisos e parágrafo, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 305. O exercício da atividade, a título oneroso, da guarda de veículo automotor em logradouro público municipal, será regulamentado por Lei.

Art. 306. A implantação de Estrada Federal ou Estadual, atravessando o Município, está condicionada à aprovação prévia de seu projeto pela Câmara Municipal.

Art. 307. Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos membros da Câmara Municipal, é promulgada pela Mesa e entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 308. Revogam-se as disposições em contrário.

Iguaba Grande, 08 de junho de 1997.

MESA DIRETORA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE
Lei Orgânica Municipal

Edmundo Gomes da Silveira Neto
PRESIDENTE

José Alberto Pereira Guimarães
VICE-PRESIDENTE

Nelson de Carvalho Ramalho
1º SECRETÁRIO

Sidinei Custódio Teixeira
2º SECRETÁRIO

DEMAIS VEREADORES

Antônio Silvio Lopes de Macedo

Dinorah Alves Martins

Edezio Soares Viana

Lahylton Cezar Santana Neves

Laurimar Claro

Marilzo Vieira Chaves

Samuel Pereira de Souza